

## ATA NÚMERO 12

### SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 SETEMBRO DE 2019

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Sara Machado, em substituição de Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Lucinda Fonseca, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Olívia Carvalho, **Abílio Sousa Pinto Neves**, Américo Paulo da Silva Ribeiro, Amélia Oliveira, **Catarina Isabel Andrade Torres**, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Varejão Reis, Hugo Miguel Costa Carvalho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Sara Maia, Carlos Alberto da Silva Carvalho, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, **José Alberto Sousa Pereira**, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
Lomba – Faltou  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Armando Coimbra  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho foi substituído por Joaquim Afonso Cerqueira Azevedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO Joaquim Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Ângelo Magalhães foi substituído por Fátima Elisabete Barbosa Mendes.

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Faltou

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputados: Fernando Moura e Silva, António Ferreira Soares Araújo, Vítor Manuel Briga Rei, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho, Rui Filipe da Silva Coelho e Ângelo Magalhães.

Tomou posse Catarina Isabel Andrade Torres, em substituição de Fernando Moura e Silva.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da ata da reunião de vinte e sete de junho de 2019. Relativamente a esta ata, nenhum senhor deputado solicitou qualquer correção. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: Amélia Oliveira, Catarina Isabel Andrade Torres, Fátima Elisabete Barbosa Mendes, Joaquim Afonso Cerqueira Azevedo, José Alberto Sousa Pereira, Sara Maia, Rosário Loureiro, Lino dos Santos Macedo, Cláudia Daniela Mota e Silva e Olívia de Carvalho.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

De seguida deu entrada na Mesa um **VOTO DE PESAR**, em memória de Joaquim Fernando Pereira Marinho, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Candemil, subscrito por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve na íntegra:

### VOTO DE PESAR

**A Assembleia Municipal de Amarante expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de Joaquim Fernando Pereira Marinho.**

"Foi em Candemil que passou a sua vida desde a sua infância. Uma vida normal, como a maior parte dos cidadãos, cumpriu serviço militar como combatente no Ultramar, Guiné-Bissau. Regressado á sua terra natal dedicou-se à causa pública como Presidente de Junta de Freguesia de Candemil, desde 1993 a 2005, na sua terra natal, durante seus três mandatos o seu empenho e dedicação foi muito importante pois contribuiu para uma melhoria significativa da sua freguesia, que é a mais dispersa do concelho. Apoiou ainda, desde o início, a formação da zona de caça associativa de Candemil e Bustelo.

A sua conduta pautou-se sempre pela verdade, pela honestidade como homem simples que era. Com a sua falta Candemil fica mais pobre.

A Assembleia Municipal de Amarante expressa ainda sentidas condolências aos familiares".

Lido o Voto de Pesar, foi de imediato guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Usou também da palavra a senhora **Presidente da Junta de Candemil, Ana Sofia Briga** que fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "No passado fim-de-semana faleceu, em Candemil, Joaquim Fernando Pereira Marinho. Foi em Candemil que passou a sua vida desde a sua infância. Uma vida normal, como a maior parte dos cidadãos. Cumpriu serviço militar como combatente no Ultramar, Guiné-Bissau.

Regressado á sua terra natal dedicou-se à construção civil, tendo contribuído para a modernização e recuperação de muitas habitações, tornando-as mais funcionais.

Dedicou-se à causa pública como Presidente de Junta de Candemil, desde 1993 a 2005, na sua terra natal, tendo contribuído para melhoramentos públicos, destacando-se o calçetamento da maior parte dos caminhos públicos, ruas e outros espaços públicos.

Durante seus três mandatos o seu empenho foi importante para estes melhoramentos tendo tido sempre um bom relacionamento com a Câmara Municipal de Amarante, e os habitantes de todos os lugares da freguesia mais dispersa do Concelho.

Apoiou desde o início a formação da zona de caça associativa de Candemil e Bustelo.

A sua conduta pautou-se sempre pela verdade, pela honestidade como homem simples que era. Com a sua falta Candemil fica mais pobre, sendo, mais um que parte.

Por aqui são mais os que partem do que os que nascem. Paz à sua alma".

Seguidamente foi dado início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.  
Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: "O Mosteiro do Salvador de Travanca.

O Mosteiro do Salvador de Travanca, composto atualmente pela igreja românica de invocação ao Divino Salvador, a torre medieval, o antigo complexo monástico e os terrenos outrora pertencentes à antiga cerca do mosteiro, encontra-se localizado na Freguesia de Travanca, Concelho de Amarante.

Este cenóbio, cuja fundação se crê anterior à formação da nacionalidade (séc. XI), pertenceu até 1834 à Ordem de São Bento, é propriedade do Estado Português e foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 2 199, publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 16, de 27-01-1916.

O facto de o antigo complexo monástico de Travanca se inserir na região do Vale do Tâmega, caracterizado pela presença de um núcleo de património românico considerável, levou a que, tal como havia acontecido em 2008 para as edificações congêneres do Vale do Sousa, esta região também passasse a integrar a Rota do Românico, projeto no qual a igreja de Travanca se encontra incluída desde 2012.

#### **O Programa REVIVE**

O Programa REVIVE é conduzido por uma equipa técnica que integra representantes da Direção Geral do Património Cultural, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, da Direção Geral dos Recursos da Defesa Nacional e do Turismo de Portugal, I.P., contando, ainda, com o envolvimento dos municípios de localização dos imóveis, que asseguram, através das condições dos concursos, a salvaguarda do património classificado ou em vias de classificação e a adequação do tipo de exploração às necessidades de desenvolvimento de cada região.

O modelo deste programa passa pela recuperação de imóveis públicos de elevado valor patrimonial que não estão a ser usufruídos pelas comunidades e seus visitantes, através da realização de investimentos privados que os tornem aptos para afe-

tação a uma atividade económica lucrativa, com vocação turística, nomeadamente, nas áreas da hotelaria, da restauração, das atividades culturais, ou outras formas de animação e comércio.

#### Que destino?

Finalmente, em setembro de 2016 num lote de 30 edifícios, o Mosteiro do Salvador de Travanca foi incluído nos primeiros 12 monumentos ou edifícios históricos que, de Norte a Sul do país, seriam reabilitados para fins turísticos, no quadro do programa REVIVE, foi o primeiro sinal de que algo poderia mudar.

Durante este percurso a Câmara Municipal de Amarante foi chamada a intervir neste processo, para além de outros apoios foi-lhe solicitado que procedesse à avaliação do imóvel, recorrendo a serviços externos.

No dia 23 de agosto de 2019, deu-se início à abertura do concurso público pelo período de 90 dias (termina a 21 de novembro) para a concessão do Mosteiro do Salvador de Travanca com uma área de construção bruta de 4.248,96m<sup>2</sup>, com vista à realização de obras e posterior exploração para fins turísticos, onde se estima que possam ser instalados cerca de 60 quartos. A duração da concessão será de cinquenta anos, com uma renda mínima anual de vinte e um mil e seiscentos euros.

Assim sendo a “sobrevivência” deste monumento está agora nas mãos dos privados, desejamos que a partir do dia 21 de novembro se comece a escrever uma nova história, não esquecendo o passado deste já secular exemplo do românico”.

#### **DANIEL PINHEIRO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FIGUEIRÓ S. TIAGO - STA. CRISTINA**

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Boa noite, começo por cumprimentar Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros colegas, público: em representação da população de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), quero aqui deixar um agradecimento à Câmara Municipal de Amarante na pessoa do Senhor Presidente Dr. José Luís Gaspar pela grande obra em curso na nossa freguesia: a requalificação da EB1 da Lama, iniciada em princípios de maio de 2019.

Esta empreitada tem decorrido com muita normalidade, está em estado bastante avançado, a empresa é muito organizada e o acompanhamento por parte da Câmara tem sido relevante.

A obra vem melhorar a vida de mais de uma centena de alunos, docentes e não docentes, que passarão a ter uma verdadeira “Escola” com características e vantagens dos anos que vivemos. Esta escola que estava em fracas condições ganhará assim uma “alma nova” de enorme qualidade para todas e todos aqueles que diariamente a utilizarão.

A concretização de um projeto com esta natureza não se deve apenas aos seus autores, mas antes, a todos aqueles que de forma direta e indireta se envolveram.

Obrigada a todos pelo empenho e dedicação”.

#### **MANUEL PINHEIRO – PS**

No uso da palavra disse: “Tenho constatado por algumas passagens que faço quer pela cidade quer pelas freguesias, que a EDP não cumpre as suas obrigações no que concerne à iluminação pública, porque já são dezenas de lâmpadas que estão avariadas, com prejuízo para as populações, com especial incidência nas mais rurais. Avizinha-se o inverno e como tal, as crianças a caminho da escola saem e entram em casa de noite. Aliás, muitas vezes a lâmpada pública é a companhia de alguns idosos. É verdade que esta situação não é culpa direta da Câmara, mas peço ao senhor Presidente que junto da EDP, os obrigue a cumprir o que está estipulado, porque neste momento, sabe que mesmos os senhores Presidentes de Junta já não consegue fazer nada, recebendo da parte da EDP a resposta de que não têm pessoal para efetuar o

serviço de reparação. Uma empresa daquela dimensão não pode responder dessa forma aos senhores Presidentes de Junta.

Outro assunto que quero mais uma vez relembrar, tem a ver com rede viária. As entradas na cidade começam a ficar muito degradadas.

Quero também solicitar que se faça algo na Avenida 1º de Maio, onde o trânsito circula com bastante velocidade, sendo que à noite a via é muito escura o que faz com que as passadeiras fiquem com pouca visibilidade o que torna a passagem dos peões difícil e perigosa. Peço que seja colocado junto a elas algum obstáculo que faça com que os veículos reduzam a velocidade.

Peço também que sejam repostas rapidamente as pedras que foram derrubadas no início da ponte nova, junto ao túnel para peões contíguo à entrada para a igreja da Madalena, porque neste momento não é possível a passagem de peões.

Continuo a ver que durante o verão, o VIA que atravessa a cidade, continua a ser um carro dos grandes, que provoca poluição, calor e que não tem as dimensões adequadas ao serviço que faz, porque anda quase sempre vazio. Quando todos estamos a lutar por um melhor ambiente, não se justifica que tal aconteça. Terminando-lhe que tenha em atenção estas três questões que acabei de lhe colocar”.

### **CARLOS ALBERTO MIRANDA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

“ Este é o momento de destacar algumas ações recentes da Câmara Municipal de Amarante, pois considero que é importante utilizarmos este fórum político para elogiarmos aquilo que se faz bem na nossa terra e, não só numa perspetiva derrotista, de crítica pura e dura relativamente aos erros ou falhas que também possam existir.

Em primeiro lugar, quero salientar que o Município de Amarante adquiriu as antigas instalações da “Fábrica dos Matias”, encerrando, assim, mais um assunto que se arrastava há vários anos na nossa cidade.

Trata-se de uma aquisição que há muito tempo é consensual no seio da comunidade Amarantina, dada a localização e a dimensão daquele espaço. Este foi, na verdade, um processo de extrema complexidade, desde logo, pelo número de intervenientes envolvidos entre herdeiros e antigos funcionários.

Devemos, por isso, estar muito satisfeitos por conseguirmos encerrar este dossier.

Por outro lado, cumpre salientar o início das obras de remodelação do Bairro Cancela de Abreu, que era uma obra premente para criar condições de maior dignidade aos seus moradores e que já era prometida há várias décadas, mas que finalmente houve capacidade para avançar com a obra.

Trata-se de um investimento superior a 3 milhões de euros, o que demonstra bem a capacidade financeira do município.

E, não posso deixar de aproveitar esta oportunidade para destacar as obras que já decorrem no Cine-Teatro, que representam mais uma obra prometida há várias décadas e que finalmente temos um executivo com capacidade para executar.

A este respeito, temos que destacar que estas obras beneficiam de fundos comunitários, o que demonstra a capacidade do nosso executivo de aproveitar em toda a sua magnitude todos os apoios da União Europeia que possam engrandecer a nossa terra, por contraponto a outros que num passado não muito distante perderam inúmeras oportunidades e com isso enfraqueceram Amarante.

Perante estes investimentos concretos que referi, parece-me ser de elementar bom senso concluir que a situação financeira da autarquia é estável, ao contrário daquilo que foi propagado nos últimos meses.

A realidade dos factos é que os executivos do partido socialista deixaram a Câmara com uma boa situação financeira, mas é igualmente verdade que a Câmara continua com boa saúde financeira na atualidade.

A diferença política é que os projetos estruturantes no tempo da governação anterior se ficavam pelo papel e por anúncios e, agora passaram do papel para obras concretas no terreno.

Que diferença face ao passado!

Apesar disto, quero deixar claro que qualquer investimento tem que estar suportado por uma sólida análise custo-benefício e, que temos que ser criteriosos nos investimentos, pois é o dinheiro dos contribuintes que está a ser gasto.

Senhoras e Senhores deputados, estas iniciativas da Câmara Municipal de Amarante que aqui vim elogiar não são políticas, são uma urgência, são uma verdadeira emergência face à estagnação das últimas décadas.

Os amarantinos não escolheram uma câmara municipal de resignação, escolheram uma câmara de ação! E, o Presidente da Câmara e a sua equipa estão a agir em conformidade com esse mandato do povo amarantino!

É pois neste mandato que se joga muito do futuro de Amarante e por isso mesmo, senhor Presidente, não podemos olhar para trás, o caminho é em frente e, é continuar a afirmar Amarante”.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Quero começar esta minha intervenção, reforçando a intervenção do senhor deputado Manuel Pinheiro, porque numa ata bem recente, pode ler-se que o senhor deputado do PSD, Dr. Araújo, dizia: “é muito importante levantarem-se certas questões na Assembleia Municipal, mas eu acho que muito mais importante é resolvê-las depois de levantadas. Espero alguma resposta por parte do senhor Presidente da Câmara, porque é uma pena que sejam sistematicamente levantadas sempre as mesmas questões. Quanto às questões de segurança, não devemos esperar por alguma coisa de mal para agir. As vezes que o senhor Presidente já foi alertado pelo senhor deputado Pinheiro, merecem aqui uma chamada de atenção para podermos prevenir algo que de menos bom possa vir a acontecer.

Uma segunda nota é sobre o VIA. O VIA começou em 2014, mas eu gostaria de falar a partir de março de 2018, porque foi nesta altura que tivemos aqui nesta Assembleia uma discussão séria sobre o VIA, porque foi também a partir dessa altura que a Câmara Municipal passou a assumir uma contrapartida financeira de quarenta e oito mil euros ano. Nessa altura, o senhor Presidente da Câmara referiu que estaria a avaliar o funcionamento do VIA. Por isso eu quero hoje perguntar-lhe se tem essa avaliação concluída? O veículo continua a circular, mas não é este veículo que nós queremos. Tem informação se os horários estão a ser cumpridos? Qual a sua utilização? Qual a sua rentabilidade? As rotas estão a ser as melhores? O cidadão amarantino pode estar numa paragem e ter a certeza que o autocarro vai passar?

Gostava de falar também nos eco-jardins. Em vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, a Câmara Municipal anunciou com pompa e circunstância a requalificação de 18 jardins do nosso concelho, gatando para o efeito 156.000 euros para reabilitar os espaços, alguns deles com menos de dez metros quadrados. A casca de pinheiro invadiu o nosso território que foi justificada com uma redução de custos e impactos ambientais. Senhor Presidente, nas últimas semanas tenho visto camiões cisterna da Câmara e os respetivos funcionários a fazer a manutenção dos jardins. Então não era suposto que estes espaços fossem autossuficientes? Gastaram-se 156.000 euros e passado menos de um ano já não há garantia do trabalho executado. Julgo que alguma coisa não está a correr bem”.

Como não havia mais nenhum deputado inscrito, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

### **JOSE LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra e relativamente às intervenções anteriores, o senhor Presidente da Câmara disse: “Relativamente às intervenções aqui proferidas, quero dizer ao

senhor Presidente da Junta de Travanca, que corroboro com as palavra que proferiu, porque o edifício que referiu, finalmente parece que vai ter um destino, que é aquilo que todos nós esperamos e por isso quero também manifestar a minha satisfação porque pelo facto de terem sido sinalizados trinta edificios a nível nacional, ter sido incluído este edifício em Amarante, permitindo assim que algum investidor possa investidor naquele emblemático edifício. Assim espero.

Agradeço também as palavras do senhor Presidente da Junta de Figueiró, apesar de ser nossa obrigação fazer a obra que referiu. Obviamente que lhe agradeço as palavras simpáticas.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Pinheiro, quero dizer-lhe que concordo com o que disse e aproveito para responder também ao senhor deputado Hugo Carvalho que reforçou as palavras do senhor Manuel Pinheiro. Eu também as reforço porque tem toda a razão. Relativamente à EDP, é verdade o que disseram muitos Presidentes de Junta, ligam e a resposta desse gigante da energia é dizer que não têm pessoal. Não lhe sei responder o porquê da falta de pessoal, mas o município de Amarante através dos serviços tem feito constantemente queixas à EDP, mas as reparações são feitas muito lentamente e não com celeridade que todos nós desejaríamos. Contudo, iremos continuar a insistir.

Relativamente à Avenida 1º de Maio, eu já disse na última Assembleia que está a ser feita a reprogramação para iniciar as empreitadas de melhoramento das estradas, não só esta, mas muitas outras nas freguesias. Há realmente uma constante degradação das vias e vamos ter de começar a reabilitação. A questão da velocidade tem a ver com a consciência de cada um e não se resolve colocando lombas ou obstáculos de dez em dez metros. É preciso que os condutores cumpram a lei e a velocidade imposta para dentro das localidades. É necessário aumentar a fiscalização por parte das forças de segurança pública. Agora, não sei se a solução é aumentar os obstáculos. Quando foram postas as duas lombas junto ao terminal de camionagem, todas sabemos a confusão que aquilo deu, mas acredito que se não tivesse sido ali colocadas, estaríamos hoje a lamentar os muitos acidentes que ali já teriam acontecido. Estamos neste momento num processo para melhorar as passadeiras e a sua sinalização. Meter mais lombas iguais às que temos junto ao terminal, não me parece grande solução.

A reposição do muro da ponte não foi logo repostos, porque havia o processo administrativo da questão do seguro, mas segundo me informaram, para a semana serão executados os trabalhos de reposição.

Quanto ao VIA, o senhor Pinheiro já disse e bem, que o veículo não será o mais adequado. Neta altura, não podemos mudar nada, uma vez que estamos a elaborar um programa para os transportes urbanos, onde será incluído o VIA e nessa altura provavelmente vai ser solicitado que o veículo que circula na cidade possa ser diferente, pelo menos em dimensões. Nessa altura serão também redefinidos os percursos. Neste momento, segundo a informação que tenho, ele está a cumprir a obrigação. Durante a manhã e no fim do dia escolar é quando se vê mais a sua utilidade. Nos outros períodos vê-se que transposta poucos passageiros. Nós temos que criar hábitos e estas coisas demoram tempo. Acredito que num futuro muito próximo as pessoas vão habituarse a andar neste tipo de transportes. Daqui até isso acontecer, o VIA há-de ser sempre objeto de alguma crítica.

Relativamente aos jardins, darei a palavra à senhora Vice-Presidente, uma vez que este assunto está dentro da esfera das suas competências.

Assim, usou da palavra a senhora **VICE-PRESIDENTE, DRA LUCINDA FONSECA**, que disse: "os espaços que foram intervencionados não foram jardins, não foram áreas de fruição. Foram taludes e áreas de consolidação, portanto áreas que não eram de fruição pública.

Em relação à questão que coloca de terem visto o camião cisterna fazer rega, é verdade que em alguns momentos fizemos o reforço da rega daqueles espaços com água que foi captada no rio. No verão, há maior necessidade de água e a água captada

no rio é uma prática recorrente há já alguns anos, podendo ser utilizada para este fim. Entenderam os serviços responsáveis que para aqueles espaços esta solução podia ser uma boa alternativa para picos de maior calor ou necessidade. Houve também algumas situações em que foi necessário fazer isso porque houve um problema com os sistemas de regas em alguns espaços, que entretanto foram reparados.

A casca de pinheiro ainda vai ser vista durante muito tempo, criando áreas resilientes com plantas mais adequadas em termos edafoclimáticas e porque tem uma duração muito prolongada evita a evaporação da água nos solos e retarda o crescimento de ervas. A medida está completamente alinhada com a política do município no que concerne ao combate do desperdício, criando áreas resilientes com plantas edafoclimáticas, criando com isso espaços que produzam oxigénio, mas que não tenham grandes custos para o município, com pequenos consumos de água. O pico da poupança em termos de água e em termos de manutenção que se reflete também em termos económicos é a dois anos. Neste momento, não lhe posso fazer o ponto da situação em termos daquilo que já foi conseguido nesses dois itens porque não o solicitei aos serviços. Provavelmente na próxima reunião já estarei em condições de dizer quanto é que o município poupou. De qualquer das formas, já não se gasta água nas mesmas quantidades que eram gastas até agora”.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “parece-me pouco que se gastem quarente e oito mil com o VIA, se fale do futuro, mas não se fale do período que vai entre março de 2018, já quase a fazer dois anos, porque certamente até lá o município não tem o concurso concluído e se continuem a colocar quarenta e oito mil euros todos os anos no apoio ao VIA e a única avaliação que se faz “é que estamos a projetar a nova rede”, mas isso já foi o que o senhor Presidente disse aqui há mais de um ano. O que nós precisamos de saber, é se o senhor Presidente tem a garantia de que o município ao investir esta quantia, garante uma contrapartida justa, e se os quarente e oito mil euros que está a pagar desse suposto serviço, garante que todos os autocarros passem aos horários estabelecidos nos respetivos locais de passagem. Não precisa de responder hoje, mas peço-lhe que na próxima Assembleia Municipal nos preste esse esclarecimento.

Relativamente aos eco-jardins, permita-me, com alguma graça, que lhe diga que não entendo que poupança será esta, quando sabemos que o município acabou de gastar cento e cinquenta e seis mil euros para aplicar um sistema de rega que afinal num tão curto espaço de tempo já não está a funcionar e que nos picos de maior calor teve de ser implementado um sistema de rega alternativo. Isso sim é que é gastar cento e cinquenta mil euros sem retorno, mas deixe que lhe diga senhora Vereadora que se a casca de pinheiro fosse a solução para todos os espaços verdes, nós não tínhamos nenhuma cidade com nenhum espaço verde. Enfim, são gostos discutíveis mas até do ponto de vista da eficiência, verificamos que se gastaram cento e cinquenta e seis mil euros que podiam ter sido utilizados em áreas mais prementes e com melhores resultados.

Senhor Presidente, porque hoje tivemos algumas intervenções de alguns Presidentes de Junta gostaria de falar de alguns temas que dizem mais respeito às Juntas de Freguesia. Vimos hoje que alguns Presidentes de Junta vieram à tribuna elogiar a Câmara. Provavelmente foi para contrariar o que foram as duas últimas Assembleias Municipais, que provavelmente se optou por esta nova forma de intervir. Há duas reuniões atrás tivemos aqui um Presidente de Junta que veio colocar uma questão relacionada com o cemitério da sua freguesia, porque não conseguia obter as respostas que eram urgentes e na última reunião veio também aqui um outro Presidente de Junta que veio aqui falar de obras que lhe foram prometidas e não concretizadas e das quais não sabia o ponto de situação. Eu fico preocupado porque parece que não existe uma boa coordenação entre a Câmara Municipal e os senhores Presidentes de Junta. Parece-me que quem está a gerir o território, tem em grande medida de dialogar e



colaborar com aqueles que estão diariamente nas freguesias que também foram eleitos e que também tem de responder pelas promessas que fizeram e por isso acho que é muito importante que se esclareça aqui na assembleia, que tipo de relação institucional é que o senhor Presidente da Câmara estabelece com os senhores Presidentes de Junta, independentemente das cores políticas porque aqui não devem ser colocadas. Portanto, hoje é importante que todos os cidadãos amarantinos possam ter a consciência que o seu Presidente de Junta não é discriminado face a outros. Por isso coloque duas questões muito concretas: O senhor Presidente já aqui afirmou que em 2014 tinha criado um gabinete de apoio ao autarca. Com que periodicidade o senhor Presidente reúne com os senhores Presidentes de Junta? A Câmara Municipal costuma responder ou não aos ofícios dos senhores Presidentes de Junta? Qual o tempo de resposta? Há ofícios que estão há mais de três meses por responder?”.

### **JOSÉ LUIS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “relativamente ao Via o que me preocupa são os dois milhões de euros que nós gastamos em transportes e não os quarenta e oito mil que referiu. Daí que, o município tem uma estratégia bem gizada para otimizar aquilo que são as despesas em termos de transportes. Como sabe na CIM Tâmega e Sousa, somos o município que mais dinheiro tem para os transportes escolares. O investimento no Via é um ganho efetivo para as populações de Amarante e até vai no sentido daquilo que o governo preconiza que foi o facto de ter criado uma linha de incentivo para que as pessoas usassem os transportes públicos. Amarante antecipou-se ao governo naquilo que é a sua vontade para que as pessoas possam usar um transporte público, o que até faz com que se gaste muito menos dinheiro.

Relativamente aos eco-jardins, podem brincar com o que quiserem. Em primeiro lugar vai de encontro à nossa estratégia em termos de adaptação às alterações climáticas. Amarante fez e foi dos primeiros municípios com mais 25 autarquias, que assumiram logo esta preocupação, trabalhando pela primeira vez esta matéria e neste momento já foi feita outra candidatura para continuarmos com esta linha de atuação. Os cento e cinquenta e seis mil euros foi efetivamente o dinheiro que foi gasto, sendo que a Câmara apenas entra com a contrapartida nacional. Vamos continuar com esta preocupação às alterações climáticas. Nós não estamos em campanha, mas vamos sendo consequentes com aquilo que é o propósito. Já desde 2015 que avançamos no pretérito uma estratégia concertada com outras autarquias. Neste momento ficam a saber que estou muito preocupado com este problema e até a Comunidade do Tâmega e Sousa também já criou a sua estratégia para poder trabalhar estas matérias. Amarante, senhor deputado, vai continuar a ter uma política consequente com aquilo que são as nossas preocupações climáticas.

Esta questão da propaganda que alguns senhores Presidentes de Junta estão a fazer, não lhe vou responder aqui, até porque alguns dizem que ouvem no café e vem falar para os jornais. Não é esta a atitude que eu tenho com os senhores Presidentes de Junta. Os senhores Presidentes de Junta quando querem falar com o senhor Presidente da Câmara, fazem-no. Agora, eu não ando a responder à propaganda barata dos jornais, assim como também não ando a responder a provações que me enviam. Se o senhor deputado quiser, eu arranjo-lhe uma cópia de alguns emails que recebo para o senhor perceber porque é que eu não lhe dou resposta, porque é preciso que haja decoro por parte de algumas pessoas que têm de saber estar e de saber ser, para saberem enviar um email ao senhor Presidente da Câmara, não porque eu seja mais importante que ninguém. Haja decoro. Eu terei oportunidade para divulgar alguns factos da minha indignação. Eu tenho um elemento que desde a primeira hora, o engenheiro Estefânio, que é a pessoa que está sempre disponível para falar com todos os Presidentes de Junta. Quando eles entendem que querem falar comigo, podem fazê-lo a qualquer momento e sempre que julgarem necessário”.

### **AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse: "lamento imenso que o PS use o período de antes da ordem do dia para tecer comentários acerca de algumas intervenções que os senhores Presidentes de Junta fazem, enaltecendo as obras que vão sendo feitas nas suas freguesias. Lamento também que venham aqui fazer uma ata das sessões anteriores.

Relativamente à questão que o senhor deputado Hugo colocou ao senhor Presidente, ele já respondeu, mas, com as perguntas que fez está a passar um atestado de menoridade a alguns Presidentes de Junta. Se algum dos aqui presentes pede uma audiência com o senhor Presidente da Câmara, ou lhe faz algum pedido e ele não responde, tem um instrumento que se chama Código de Procedimento Administrativo, onde tem instruções para poder reclamar. Não é preciso vir para aqui lançar suspeições. Falar genericamente é muito fácil, mas é preciso consubstanciar aquilo que se diz. Ou se diz, preto no branco, que o senhor Presidente da Câmara não respondeu a este ou àquele Presidente de Junta, porque em determinada data lhe fez um pedido e ele não lhe respondeu, porque voluntariamente resolveu não responder. Eu tenho a convicção que responde. Agora, vir para aqui lançar umas nuances só porque sim, não está a fazer política. O senhor deputado se quiser lançar as questões concretamente, tem que o fazer com factos e não é para vir para aqui lançar atoardas. Quando quiser lançar alguma coisa faça-o com factos concretos e para isso terá de dizer quando e como é que isso aconteceu".

### **LINO DOS SANTOS MACEDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA MEÃ**

No uso da palavra disse: "aquilo que veio no jornal foi o ofício que eu enviei ao senhor Presidente da Câmara no dia 22 de julho e isto porque soube que o senhor Presidente da Câmara esteve em Vila Meã, falou com muita gente, falou de coisas de que nós, Junta de Freguesia não sabíamos, inclusive do quartel da GNR. Falamos em tempos nisso, fui ver a situação do quartel da GNR, falei com as pessoas e passadas duas semanas para meu espanto dizem-me: "***Lino o senhor Presidente da Câmara está acolá em baixo, nas escolas e no sítio onde se fala que será construído o futuro quartel da GNR***". Perante isto, fui lá e para meu espanto estava lá o senhor Presidente, o engenheiro Estefânio, o capitão e o comandante da GNR, menos o senhor Presidente da Junta que não foi convocado para nada. Chegado lá o Comandante da GNR interpelou-me e disse-me:- "***estava a ver que você não vinha***", ao que eu respondi que me atrasei, embora devesse ter dito que não fui convidado. Entretanto, noutra situação alguém me perguntou sobre o quartel da GNR, ao que eu respondi que as "coisas estão a andar mas não tenho ainda conhecimento de mais nada". Alguém que estava presente, pegou no telemóvel disse que já tinha o projeto. Então gente de fora já sabe que há projeto e o Presidente da Junta não sabe de nada. Isto é a verdade, isto não é decoro nenhum, não é propaganda política porque não preciso disso. Agora, é verdade que tenho enviado vários ofícios para a Câmara, o último dos quais a 22 de julho. Não obtive qualquer resposta. A meio do mês de agosto durante a festa ao Divino Salvador de Real, a comissão de festas indignou-se com algo que não sei precisar, ligaram para o senhor Vereador António Ribeiro na segunda feira e na terça a convidar para uma reunião. Parece que é mais fácil o senhor Presidente da Câmara reunir com uma comissão de festas, do que com o Presidente da Junta. Eu sou aquilo que sou, mas represento Vila Meã e como outros, gostava de estar aqui agora a agradecer as obras de Vila Meã, mas não posso fazê-lo porque não as tenho. Até acredito que um dia venham, mas independentemente disso vir ou não a acontecer, temos de trabalhar para todos os cidadãos, tenham eles a cor política que tiverem. Na tomada de posse todos ouvimos o senhor Presidente dizer que seria Presidente de

todos os Amarantinos. Afinal, parece que não é assim. Uma coisa é dizê-lo outra é fazê-lo”.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “não é motivo meu que os Presidentes de Junta tenham de vir cá falar. Quero reforçar bem isso. Para dar dignidade à discussão deste tema nós não podemos pôr em confronto as partes mais fracas contra as partes mais fortes. A Câmara de Amarante, tem sabido ser forte com quem não tem poder em determinadas situações. Concordo com a coragem que o senhor Presidente da Junta de Vila Meã teve em vir aqui falar e dizer coisas muito importantes. E muito importantes porque uma das bases para haver um bom trabalho é que aqueles que estão no território e dão a cara pela população, poderem ter acesso à informação, pelo menos para poderem dizer o que se passa no seu território. Quando não tem essa informação, senhor Presidente, muito mais que fazer obras, é ter o respeito institucional por aqueles que estão no território.

À Dra. Amélia, quero dizer que não entendi muito bem o teor da intervenção que fez. Não é a senhor deputada que vai decidir aquilo que o Partido Socialista deve falar nesta assembleia. Mas deixo um desafio. O senhor Presidente da Câmara pode pegar nos ofícios que não tem resposta e até à próxima Assembleia Municipal responder a todos para que possamos ficar todos muito mais informados.

Gostaria ainda de falar de mais um tema. O senhor Presidente não acha estranho que para alguns contratos de execução o senhor Presidente reúna com todos os Presidentes de Junta ao mesmo tempo, mas quando vai fazer determinados protocolos para as escolas reúna individualmente? Deixo aqui alguns dados: na assinatura dos protocolos com as Juntas de Freguesia. Assim, fazendo um mapeamento entre o mapa que foi à reunião de Câmara e o número de alunos por escola, quero dizer que alguns senhores Presidentes de Junta devem estar muito preocupados no seu território porque cerca de 85% da população escolar nas Juntas de Freguesia têm subsídio A ou subsídio B. Do ponto de vista da Carta Social devemos ter a preocupação em saber porque é que em algumas freguesias em particular há discrepâncias notórias.

Nós sabemos os critérios que foram utilizados nos contratos de execução para a limpeza das estradas. Gostaríamos era de saber que critérios foram adotados para a atribuição de verbas para o gás e para os quilómetros, para que eu não tenha de lhe perguntar porque é que há freguesias com um determinado número de quilómetros, outras com mais e algumas outras com menos quilómetros que a lei permite. Espero a resposta”.

### **ESTEFÂNIO PINTO – PSD**

No uso da palavra disse: “Na anterior Assembleia o senhor Presidente da Junta de Louredo não veio cá reclamar nada sobre a obra. Quem veio reclamar foi o senhor deputado Cândido Zoio. O senhor Presidente da Junta veio apenas dizer que o seu nome estava a ser usado de forma incorreta. A dúvida era do deputado e não do Presidente da Junta.

Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Vila Meã, quero dizer-lhe que dado o teor da sua intervenção fui ver o artigo no jornal, gosto acima de tudo da fotografia. Queixa-se da falta de respeito por parte da Câmara, mas afinal vê-se que a fotografia que aqui aparece é da inauguração de uma obra feita na freguesia pela Câmara e inaugurada neste mandato. Não deixa de ser curioso. Quero também dizer-lhe que este artigo e estas perguntas que aqui estão não são de toda verdade, porque o senhor até sabe que algumas das coisas lhe foram apresentadas no local. Chegamos ao ponto de vir aqui ter este tipo de discussão e escrever no jornal propaganda de coisas que não são verdade, não é correto. O parque de estacionamento da estação foi discutido no local, com a sua presença. O conceito do pavilhão desportivo também é do seu conhecimento. Agora se vai ser cor-de-rosa ou cor de laranja ou azul às riscas,

desde que tenha a garantia que o pavilhão vai cumprir com toda a regulamentação e que vai dar para todos os desportos, vai ter altura e todas as dimensões regulamentares, o resto é da responsabilidade de quem projeta. Penso que deverá perceber que o importante é que se faça e cumpram todas as regras”.

#### **FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA**

No uso da palavra disse: “venho aqui esclarecer que o Programa REVIVE não foi lançado pela Câmara. Gostava de convidar todas as pessoas aqui presentes que amanhã, dia 28, a partir das 22 horas o Projeto 1513 tem lá uma iniciativa que lhes dará conhecer melhor as instalações. A recuperação do Mosteiro de Travanca foi uma obra lançada pelo Governo, que em boa hora o fez e espero que a recuperação chegue a bom porto”.

#### **JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

Em resposta às questões que anteriormente foram colocadas, o senhor Presidente disse: “Os escalões não são definidos pela Câmara Municipal de Amarante, mas sim por quem de direito, que é a Segurança Social. Os pais candidatam-se e depois é que lhes é definido o escalão.

Relativamente à questão do gás, eu tenho aqui um documento que vou dar aos senhores Vereadores para que eles fiquem esclarecidos. Relativamente aos dois itens que foram falados, quero dizer que o que fizemos foi pegar num documento que já existia há muitos anos e clarificamo-lo, ou seja, naquilo que podemos melhorar melhoramos, sendo que essa clarificação foi no sentido da clarificação. No que diz respeito ao gás, questão que já vinha de trás, atribuímos uma garrafa de gás por mês por turma e por escola, cujo número total de alunos a frequentar esse estabelecimento de ensino não ultrapasse os vinte e cinco. Isto é rigoroso, quer por escola, quer por Junta de Freguesia. Os senhores Presidentes da Junta sabem que é assim. Estou a referir-me a refeições escolares para vinte e cinco alunos. É uma média que já vinha. Contudo, em sede de negociação de protocolos e devidamente justificado, esse valor é ajustado para mais ou para menos conforme fundamentação e justificação.

Relativamente aos quilómetros, esta sim, é que é muito interessante. Eu gostava que depois o senhor deputado pudesse analisar os mapas de 2012 e 2013. O critério para os quilómetros é de oitenta cêntimos por quilómetro que já se mantém há alguns anos, pese embora os custos globais que tem vindo a aumentar consecutivamente. Este valor por quilómetro foi definido em protocolo do ano escolar 2014/2015 e negociado com todos os parceiros que colaboraram no transporte dos alunos e por comum acordo. Não foi necessário alterá-lo a partir daí. Nós clarificamos este valor por quilómetro, porque antigamente havia dúvidas no pagamento deste valor. Havia dois mil e quinhentos euros para pagar dois mil quilómetros. Se fizemos a conta dá sete euros e vinte e cinco cêntimos. Nós agora pagamos oitenta cêntimos. Depois também uma diferenciação para veículos ligeiros no valor quarenta e um cêntimos e para os pesados o valor é de oitenta cêntimos. Mediante o número de lugares, definidos pelos senhores Presidentes de Junta é que se chega ao valor do custo por quilómetro. Todo este processo é muito claro e não há qualquer dúvida em relação a nenhuns, não há dualidade de critérios e é tudo aceite e negociado pelos senhores Presidentes de Junta. Ainda hei-de tentar perceber o porquê de todo este alarido”.

Entretanto, o senhor Vereador **RAIMUNDO MAGALHÃES**, do **PS** pediu para usar da palavra, tendo para isso sido autorizado pelo senhor Presidente da Câmara. No uso da mesma disse: “nós estamos a falar aqui de um assunto que já passou na reunião de Câmara. Já foi votado na reunião de Câmara. Contudo, o senhor Presidente disse aqui que nos vai esclarecer na próxima reunião de Câmara. Aconteceu simplesmente o seguinte – no dia da reunião, os Vereadores como lhes compete, como é a sua obrigação e como é o seu dever tinham dúvidas e pediram ao senhor Presidente

para serem esclarecidos. E não o foram. Pelos vistos vão ser na próxima, embora o assunto já tenha sido votado. Era só isto que eu queria esclarecer”.

### **CARLOS CÉSAR CARVALHO – PRESIDENTE DA JUNTA DE MANCELOS**

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta disse: “quero referir-me ao critério de atribuição de protocolos para as escolas. Negocieei com esta Câmara e com as Câmara anterior. Na questão dos protocolos que fiz com o outro Presidente da Câmara e com este, senti-me sempre à vontade. Isto para dizer que quando um Presidente de Junta não está satisfeito, ou acha que está a ser enganado com o critério que está a ser atribuído, tem duas soluções; ou o assina ou não o assina. Isto aconteceu-me uma vez a mim, no tempo do Dr. Abel Coelho, porque achei que não estavam a ser corretos com a minha freguesia e por isso na altura não o assinei. Isso na altura veio a público. Houve cartas, houve jornais onde se dizia que o Presidente da Junta de Mancelos não assinou o protocolo. Mais tarde, em nova reunião com o Dr. Abel Coelho, levou a que chegássemos a acordo porque reconheceu que tinham errado. Assumimos a despesa toda até dezembro e em janeiro voltamos a assinar o protocolo. Se os colegas, Presidentes de Junta, acham que os critérios não estão a ser corretos, não assinam, contestam e mais tarde tentam novo acordo”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, sendo de seguida aberto o **PERÍODO DA ASSEMBLEIA DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** presente, cujos cidadãos se inscreveram previamente para poderem usar da palavra.

Assim, usou em primeiro lugar o senhor CARLOS ALVES, de Massacorte em Vila Garcia, que pediu ao senhor Presidente da Câmara que intercedesse para que fossem podadas ou abatidas umas árvores de grande porte, existentes na rua onde habita nomeadamente carvalhos, castanheiros e pinheiros, que para além de fazer imenso lixo para as casas, como por exemplo caruma, são também portadoras de muitas lagartas nocivas para a saúde das pessoas e animais que ali habitam. Disse que já enviou um email para a GNR, Câmara Municipal e Proteção Civil. A GNR descarta-se e encaminha-o para a Câmara ou para a proteção civil. Num terreno junto à sua casa existe depositada uma grande pilha de lenha que faz com que esteja ali um “barril de pólvora”. Por isso é que agora pede a intervenção da Câmara, esperando levar uma resposta para a resolução que ali se vive.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse ao munícipe que já tinha conhecimento da situação que agora, e bem, veio expor. Contudo, vai mandar reavaliar o caso e de acordo com as informações que obtiver relativas aos perigos eminentes à situação, mandará os serviços proceder em conformidade. De momento, não lhe poderá dar uma resposta concreta, mas talvez no espaço de uma semana lhe possa dar uma resposta com a solução para o problema.

Usou de seguida da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, do Bairro da Chentuada, que fez a intervenção que a seguir se transcreve: “quero colocar umas questões ao senhor Presidente, mas antes gostava de ler uma pequena citação de António Sérgio que saiu no jornal, a propósito dos 50 anos da sua morte, e que não é mais que o exercício da cidadania na sua plenitude; dizia então ele na obra Democracia «quem dá realidade a uma democracia? - o cidadão (de carácter) e de espírito crítico, que consegue dominar os seus próprios medos e que sabe opor aos variados poderes (pelos seus juízos) uma resistência pacífica, obstinada, lúcida.

A verdadeira reforma da sociedade não depende só de um remédio mecânico a ela aplicado de uma vez para sempre tem de estribar-se simultaneamente numa ação moral de todos os dias (...)».

De algum modo o que acabam de ouvir explica a minha vinda (continuada) às assembleias e de certa forma responde aos senhores presidentes (câmara e assembleia) que em tempos brindaram-me com «ele gosta de vir falar aqui à frente» e «crónico do costume» respetivamente.

As questões são: aqui há tempos vinha no jornal que Amarante é uma zona com potencial de mineração de lítio, concretamente Seixoso e Vieiros, e portanto as empresas ligadas ao ramo irão pedir autorização para que possam fazer prospeções, o que nos pode adiantar sobre o assunto?; também na imprensa vinha uma notícia relativa a Amarante, esta nada abonatória, juntamente com outros concelhos presididos por PS e PSD, o que pergunto é se a camara teve contrato com a empresa em questão (ANO) e se ainda continua a recorrer aos seus serviços?;

Quando trouxe o caso das rendas, da viúva com renda de quarenta e poucos euros, em comparação com o casal sem filhos em que ambos trabalham e pagam renda de sessenta e tal euros, foi tão só para lhe fazer ver o quão injusto é o regulamento das rendas; vir o senhor convidar-me a relatar o caso aos serviços camarários, está fora de questão, primeiro porque não faz o meu jeito (enquanto estudante não via com bons olhos aqueles colegas que apelidávamos de “queixinhas”, não tenho consideração alguma pelos arguidos, que só porque tiram benefício disso, recorrem ao estatuto de arrependidos ou delatores, são para mim figuras execráveis); no caso em concreto, a minha indignação prende-se com o facto da viúva pagar uma renda elevada para o valor da pensão que auferir, deixemos de lado o valor da renda do casal, que se calhar é um valor justo, mais a mais a viúva não ganharia nada com a inflação da renda deste casal; com certeza conhece aquele episódio que se passou no chamado PREC (em 75), em que um social-democrata europeu, muito conhecido, aquando duma visita ao nosso país e ainda no aeroporto, o jornalista de microfone em riste questiona-o «senhor Olof Palme, a solução para o nosso país é acabar com os ricos, não acha?» ao que ele respondeu «não, não, o que temos é de acabar com a pobreza, deixar de ter pobres»; senhor presidente, já que se fala tanto de descentralização, transferência de competências, subsidiariedade (quem está mais próximo conhece e resolve melhor os problemas), ora não é espaldear-se num regulamento do passado que é injusto e deixar as coisas como estão, há que melhorá-lo, está nas suas mãos essa tarefa; como a comparticipação europeia no custo das obras é aproximadamente um terço, de que forma se repercute no valor das rendas, ou seja, de que forma os moradores (cidadãos europeus) beneficiam das ajudas europeias?».

### **JOSE LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por responder ao senhor Adelino a quem disse: “relativamente à questão de termos ou não software da ANO, quero dizer-lhe que temos há muitos anos. Quando eu cá cheguei já tínhamos e continuamos a ter porque a gestão documental é toda feita na plataforma da ANO. Portanto sempre teve e não fui eu que os trouxe para cá, embora possa ser eu a tirá-los de cá. Se a sua questão era esta, penso estar respondida, embora me pareça que a sua questão era outra. O senhor estava com algum receio de que eu tenha ido passear para a Turquia. Fique descansado, porque nem eu, nem ninguém do meu Executivo andou a passear pela Turquia. Ninguém daqui e julgo que no passado tenha sido igual, nunca ninguém do Executivo foi a passeios patrocinados por empresas. Quando vamos passear, pagamos do nosso bolso. Quando vamos em representação institucional, é a Câmara que paga. As regras são estas. É verdade que eu fui convidado. É verdade que eu declinei. Mandei colocar na comunicação social um comunicado que já foi publicado em quase todos eles, e como creio que o senhor Adelino é um homem atento já terá visto o desmentido.

Relativamente ao Bairro Cancela de Abreu, tenho a dar-lhe como primeira nota que não interessa de quanto é que foi o apoio. Antes de saber se eu poderei ter algum apoio, já tinha no meu programa eleitoral de que iria remodelar o Bairro Cancela de Abreu. E sei que também o Partido Socialista o tinha no programa eleitoral, porque é uma necessidade emergente de há muitos e muitos anos. O que nós fizemos foi avançar com os projetos de arquitetura para o remodelar. Entretanto, durante o processo em que estávamos a fazer o projeto saiu um aviso para poder aproveitar a eficiência

energética. Foi isso que nós lá metemos e por isso é que temos apoio de uma parte. Mas se não tivéssemos iríamos continuar a fazer a obra, como muitas outras que também fazemos sem qualquer apoio comunitário. Aquela obra era claramente uma prioridade, assim como nós em termos sociais noutros bairros vamos avançar com requalificações que são emergentes, até para resolver patologias graves que esses edifícios têm. Se vamos ter apoio ou não, isso não lhe posso dizer. Com isto espero ter respondido a essa sua preocupação porque o facto de lá haver um apoio comunitário, é porque eu aproveito tudo. Se houver eu aproveito. Se não houver e for urgente fazer eu faço. Se não for urgente, fica na gaveta à espera de melhores dias, porque é assim que eu trabalho. Espero ter esclarecido o senhor Adelino acerca desta matéria, porque às vezes as pessoas confundem.

Relativamente à renda, nós estamos a seguir e a cumprir a lei. Nós temos rendas apoiadas e temos o nosso regulamento recente que define claramente as regras. Esta atualização não tem a ver com partidos, porque foi feita em todos os municípios que tem habitação social. Tem a ver com o cumprimento legal da lei. Aliás o regulamento veio a esta assembleia e se houvesse alguma ilegalidade iria ser denunciada pelos senhores deputados que estão atentos. Não o fizeram porque sabem que estamos a cumprir a lei. Eu espero, senhor Adelino, que tenha percebido isto”.

Como não havia mais ninguém do público inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim cumprimento à Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.

## **PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

Assim, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: “Poderia vir a esta tribuna mais uma vez explorar o relatório em termos substantivos que aqui nos apresenta, e questionar as fragilidades da governação da Câmara Municipal; mais uma vez se iniciou um novo ano letivo mais, um início que o ministério de educação cumpriu com a sua função!

Professores colocados, serviço distribuído, ano planificado, enfim todas as condições para um regresso tranquilo de milhares de alunos às escolas, e mais uma vez a câmara municipal, no que é a sua responsabilidade, falhou!

Falo naturalmente da colocação dos professores das atividades extracurriculares contaminando o bom funcionamento das escolas; falo de mais um ano e os alunos de Mancelos e de Figueiró estão a iniciar o ano letivo em condições precárias. Mas não vou questionar acerca desses assuntos, vou antes fazer uma única questão que quero mesmo que seja respondida, e para que não seja evasivo como é costume, vou fazer uma citação da ata da assembleia anterior, e uma questão que exige uma resposta opcional. Cito página 14 da ata na minha intervenção: “Quero apontar situações relacionadas com duas atividades relevantes do ponto de vista económico. Uma delas é o Rali de Portugal a outra tem a ver com o MIMO, gostaria de ver no próximo relatório, até como anexo, descritos os valores gastos com essas atividades (...)” mais à frente, “relacionada com a entrada e gestão de processos urbanísticos, fosse dito quantos processos entraram na câmara. Gostaríamos também que no próximo relatório viesse na mesma grelha quais os tempos de espera para aprovação”. Página 17 da ata na intervenção do Sr. Presidente da Câmara: O senhor Presidente disse: “*Relativamente à solicitação do Sr. deputado Cândido Zoio, com certeza que tomei nota e vou pedir que seja incluído a informação que solicitou e que até me parece oportuna*”.

Posto isto e lendo o relatório de fio a pavio, não tendo visto refletidas qualquer informação que foi pedida e que aliás em assembleias pretéritas tem sido pedida inclusive em requerimento à mesa, peço que me responda:

Se essa não inclusão é propositada porque nos quer ocultar os dados que tem?

Ou

Se é uma total falta de respeito por esta casa da democracia, e para com a lei, porque perante ela, tem dever da prestação de esclarecimentos à assembleia?”.

### **JOSE LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “o senhor deputado Cândido Zoio fará o caminho que entender, mas eu acho que é um caminho perigoso o que vocês estão a querer trilhar, que é pôr os senhores Presidentes da Junta contra o senhor Presidente da Câmara. O senhor deputado disse que eu tenho tido uma falta de respeito para com os senhores Presidentes de Junta, conforme atrás se verificou. Disse ou não disse? Agora, os senhores farão o que quiserem e eu obviamente irei, no seguimento desta conversa ter uma reunião com os senhores Presidentes de Junta e vou quer colocar a questão pessoal a cada um deles, porque se é esse o caminho tudo bem. Eu vou continuar a tratar o território como um todo embora possa ter melhores relações com A ou B. Não somos obrigados a sermos todos amigos. Era o que faltava. Agora, respeito institucional vou ter com todos, de mesmo modo que quero que tenham para comigo. Se quiserem continuar a acicatar os senhores Presidentes de Junta contra mim, estejam à vontade, embora eu ache que não o devam fazer. Acredito que os senhores Presidentes de Junta tem a sua forma de olhar para a política e não serão seguidistas de nada nem de ninguém.

Relativamente a questões técnicas e quererem saber quanto custou o MIMO, quero dizer que os senhores Vereadores já me pediram informação e no seguimento desse pedido, ser-lhe-á dada através de um relatório que lhes vai ser entregue, e eles depois passarão a informação. De momento não lhe posso dizer com certeza, embora lhe possa dizer mais ou menos. Na altura, foi dito aqui que o apoio era de trezentos e cinquenta mil euros. Acontece que a determinada altura havia a possibilidade de podermos fazer uma candidatura no âmbito do Portugal 2020 para ajudar ao MIMO, para ajudar à realização do Festival. Acontece que em junho tive a comunicação que não podia ser a organização a fazer a candidatura, mas tinha de ser a Câmara. Perante esta informação, fiz um reunião no dia 1 de julho, para tentar perceber como iria resolver o problema, Fiquei preocupado e na altura partilhei essa preocupação com os senhores Vereadores, porque não fazer era mau, porque perdia a oportunidade de ajudar nas despesas do MIMO. Apesar disso, acabamos por fazer a candidatura. Falta ainda saber se vem ou não aprovada, mas nessa altura tudo será dado a conhecer. No que diz respeito ao rali a situação é igual. Neste momento, sei quanto é que se pagou à GNR, ao ACP e mais algumas despesas. Na altura própria será dito o valor total, até porque estas coisas têm de ser públicas e transparentes.

Em resumo: não há falta de consideração pelo senhor deputado nem por ninguém aqui nesta sala, há é por vezes questões que tecnicamente são mais fáceis de responder do que outras”.

Usou de novo a palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO do PS**, que disse que o senhor Presidente lhe faltou ao respeito enquanto deputado, mas também faltou ao respeito à própria lei quando ela o obriga à prestação de esclarecimentos, porque qualquer um de nós tem direito a ser informado. Perguntou ainda se seis meses não era tempo bastante para que o senhor Presidente, no mínimo, lhe tivesse dito que não lhe podia dar a informação então solicitada no requerimento que apresentou. “Era uma das possíveis respostas que lhe podia ter dado. Disse que ligou esta atitude à não resposta aos senhores Presidentes de Junta. Como não quero usar de novo a palavra para vir aqui falar destas coisas menores, que para mim são maiores, dou-lhe trinta dias para me responder, porque é a mim que tem de responder e não aos senhores Vereadores, porque fui eu que lhe fiz as perguntas.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**



No uso da palavra disse: “Eu há pouco não vim no período de antes da ordem do dia, até pela forma abrupta como terminou porque achei que não valia a pena prolongar algumas discussões, mas muitas vezes a forma como colocamos determinadas questões ou fazemos determinadas considerações parece que estamos a dizer mais do que aquilo que as próprias palavras dizem. O partido socialista tem vindo a insistir nesta tática. A tática de vir aqui fazer perguntas ao mesmo tempo que se insinua que toda a gente é uma espécie de “mau da fita”, para não dizer outras coisas que eu sei que vocês querem tentar dizer, mas não têm coragem para o dizer porque depois podia ser complicado, é má para o tipo de política que se deve fazer em Amarante. Mas depois também é pior vir aqui dizer que determinados números do urbanismo ou da gestão urbanística que são questionados em relatórios de atividades. Dizendo-se isto como que parecendo uma verdade, mas depois vamos à página 24 do relatório de atividades e estão lá os números da gestão urbanística. Não estão da forma como os senhores membros da assembleia querem, mas estão ali plasmados. É diferente dizer que não está nada em vez de dizerem que está uma parte, mas que mesmo assim vocês querem outro tipo de esclarecimentos. É a mesma coisa que foi usada no início da assembleia. Vieram falar dos Presidentes de Junta queixando-se das intervenções da assembleia municipal passada, quando na verdade quem levantou o problema não foi um Presidente de Junta, mas sim um deputado. A incoerência tem este problema. É nós querermos vir aqui chamar toda a gente de corrupta, porque parece que é isso que querem fazer quando na realidade o que se está a querer fazer é política com casos que não são casos. Se calhar vale a pena o PS pensar na forma como quer fazer política porque acusar os outros de estarem a faltar ao respeito muitas vezes é eles estarem a faltar ao respeito a nós todos. Eu senti que houve falta de respeito nesta última intervenção, bem como na anterior para com os restantes membros da assembleia, já para não falar de outras pessoas, porque acho que a forma também importa. Se calhar, o que acontece e talvez por haver uma marca muito diferente desde que as eleições de 2013 aconteceram, é o facto de algumas pessoas terem receio de que as coisas passem a ser como foram há uns anos atrás. Eu não me lembro de em Amarante os Presidentes de Junta serem chamados para discutirem o que é que se devia colocar ou não no orçamento municipal. Também não me lembro de nenhum Presidente de Câmara que não este e de nenhum executivo que não este e o anterior que tenham querido saber que obras é que os senhores Presidentes de Junta pretendiam executar durante o seu mandato. Também não me lembro que uma Câmara estivesse como esta atenta às preocupações dos Presidentes de Junta. Não me lembra existir tanta transparência entre Câmara e Presidentes de Junta como tem sido estes dois mandatos. Mas lembro-me de ter existido um ano, não muito longínquo, onde os Presidentes da Junta receberam zero. Isso foi assumido. Mas não me lembro que isso tenha acontecido neste últimos seis anos”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que: “quanto ao ser-se ou não desrespeitado, o PSD nesse aspeto não dá lições de moral ao PS. Mas vamos à política local. O que eu pretendo enquanto deputado, porque foi para isso que fui eleito é contribuir para a melhoria dos documentos, é contribuir para a transparência e para a qualidade da governação. Quero entender as informações do relatório. Agora qual é o prazo da entrada do processo e data da sua aprovação é o que interessa saber”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “Não nos vale de nada querer escolher que tipo de caminhos a seguir escolhe um partido ou outro. Os partidos políticos são eleitos, tem os seus programas, tem as suas propostas e defendem as suas convicções. Não vai ser o PSD a dizer o que é que o PS pode falar, quando é que pode falar e sobre o que pode falar. Mas isso não acontece. O senhor deputado Carlos Carvalho devia ter a

preocupação depois de ter dito que o PS lançou aqui suspeições, porque diz umas coisas, mas afinal quer dizer outras, de ler e estudar os documentos e de uma forma crítica, à semelhança do que fez no passado apresente a suas dúvidas. Certamente terá algumas surpresas. Devia ler alguns dos documentos que vão à reunião de Câmara. Falou da autonomia dos senhores Presidentes de Junta e disse que nunca houve uma negociação como as que acontecem agora. Há uma negociação que devia ser comum a todas as Juntas de Freguesia, que era o senhor Presidente de Câmara dizer que havia um protocolo para que eles pudessem fazer as obras que fossem necessárias, porque ele iria entregar-lhes o dinheiro. Neste momento, os Presidentes de Junta têm de esticar a mão ao senhor Presidente de Câmara e perguntar o que é que podem ou não fazer. Nas reuniões para a elaboração do orçamento é-lhes dito que não há disponibilidade orçamental e por isso vamos continuar com os compromissos que tínhamos do passado. E pode ser que na revisão orçamental que haja uma dotação específica para uma ou outra obra. A próxima reunião preparatória para a elaboração do orçamento já está feita à partida. Os senhores Presidentes de Junta têm as mesmas reivindicações, que como não foram feitas mantêm-se as mesmas e portanto aí nem é preciso reunir muito. Quero esclarecer que isto não é para colocar Presidentes de Junta uns contra os outros, nem colocar uns de um lado e outros do outro. Se há função por quem devemos ter respeito é pelos Presidentes de Junta. Há muitos bons Presidentes de Junta nesta sala e não é pela cor política que se definem. Agora, uma coisa não se torna justa porque um Presidente aceitou. Se dermos uma coisa a um Presidente de Junta e ele aceitar, muito bem. Mas a um outro, nas mesmas condições dermos o dobro, isso não é justo para com a distribuição do território. E é esse o principal problema quando a distribuição se faz com pesca à linha com cada um dos Presidentes e não se faz abertamente com o mesmo critério para que todos a possam ver. É verdade que foi feito assim em alguns temas como foi o caso dos acordos de execução para as limpezas das vias, onde havia um critério definido e onde foram chamados todos ao mesmo tempo e onde todos aceitaram com as mesmas condições. Há outros em que não é assim. O senhor deputado Carlos Carvalho irá ver isso no mapa colorido e poderá verificar como é que há pagamento de quilómetros a distâncias que nem sequer ali estão previstas”.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “ sobre os processos do urbanismo, parece-me difícil que tendo em conta a quantidade de tipologias de processos que existem estar a elencar o prazo de cada um deles para uma Assembleia Municipal. Contudo, se acha que isso é uma solução eu gostava de o ver implementá-la e ir contar o prazo a cada um dos processos que dão entrada.

Agora, o que continua patente é a forma com que o senhor deputado Cândido Zoio se dirige às pessoas. Por si, eu garanto-lhe que me sinto desrespeitado porque não é a forma correta de virmos a uma Assembleia Municipal dizer que queremos auditar o que a Câmara faz, isso podemos fazer todos porque fomos todos eleitos para a mesma coisa. O senhor deputado não é mais membro que qualquer um de nós. Por vezes acha que é e isso é mau. Da mesma forma também não é correto dizer que o PSD tem um comportamento totalitário. Eu percebo quando se fala da gestão do território, mas também percebo que temos de ter noção de que muitas vezes aquilo que uma freguesia precisa custa cinco, e numa outra pode custar cinquenta. A gestão não pode ser feita a régua e esquadro, porque quando se discute um orçamento tem de se discutir para a totalidade do concelho. Não podemos continuar a achar que todos têm de ter uma parcela e que depois cada um a vai gerir da melhor forma. Eu não tenho a menor dúvida de que as obras nas freguesias terem passado a ser feitas sob a gestão do município, foi das melhores decisões que se tomou. Em primeiro lugar, garante-se o total cumprimento daquilo que é a contratação pública. Nós sabemos bem que há freguesias que não têm capacidade para o fazer. Em segundo lugar garante-se uma

melhor fiscalização e execução e sabemos bem que a qualidade das obras melhorou muito em relação àquilo que era no passado. Não é por incompetência de ninguém, mas sim pela capacidade fiscalizadora e concretizadora que o município tem. Não vale a pena tentar lançar a suspeita e a discussão onde há casos em que as coisas não são assim, mas isso está a acontecer. A questão dos prazos dos processos do urbanismo é mais uma. É areia para os olhos das pessoas que querem analisar as coisas corretamente”.

#### **MANUEL PINHEIRO – PS**

Usou da palavra para dizer que: “sou membro desta casa desde 1989. Seis mandatos na qualidade de Presidente de Junta e o restante como deputado municipal. Durante todo este tempo, eu como Presidente de Junta, nunca tive um ano que fosse, em que deixei de ter mensalidade para pequenas obras e melhoramentos, que era transferida em duodécimos. Todos os meses recebíamos a importância acordada, Foi uma medida criada pela Câmara Socialista que veio dignificar o papel do Presidente de Junta que deixou de ser um pedinte aqui na Câmara. É verdade que houve um ano em que não tivemos protocolo, mas mensalidades sempre tivemos, porque a Câmara sempre teve orçamento.

Os protocolos permitiam que os senhores Presidentes de Junta também fossem políticos porque nas suas comunidades criavam eles próprios, junto dos seus fregueses uma calendarização para o lançamento de uma obra. Logo que assinados os protocolos e reunidas as condições para iniciar a obra, dava-mos indicações à Câmara de que iríamos dar início à obra, enviava-mos as três propostas e ata que dizia qual o empreiteiro que ganhou a obra e a partir daí tínhamos acompanhamento dos técnicos da Câmara, nomeadamente nas medições. Portanto, continuo a entender que os protocolos na altura eram muito úteis porque permitiam que os senhores Presidentes de Junta saíssem muito mais dignificados nas funções que exerciam. Portanto, senhor Carlos Carvalho, a Câmara sempre nos deu aquilo que nos prometeu”.

#### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: “nunca pensei que este ponto fosse tão útil para que de uma vez por todas fique esclarecido um tema tão importante como este. O que o senhor deputado Carlos Carvalho se está a queixar foi de uma ano a Câmara do PS não fazer aquilo que agora esta Câmara faz sempre. Hoje ficamos a saber, é contra os protocolos para as Juntas de Freguesia, porque entendem que a Câmara contrata melhor, a Câmara faz melhor, a Câmara fiscaliza melhor. Eu tenho muitas dúvidas. Tenho é a certeza que o processo de contratação é mais transparente quando é feito pela Câmara Municipal, mas não tenho mais nenhuma certeza para além desta. Fica mais barato ser a Junta a fazer e é muito mais eficiente para o cidadão, porque quanto mais próximo for o poder e a tomada de decisão, melhor será essa tomada de decisão. O que é aqui muito claro é que o PSD defende que não deve haver os protocolos para as obras de infraestruturas. Nós entendemos que os senhores Presidentes de Junta, devem ter a autonomia de um protocolo para poderem gastar o dinheiro numa obra que consideram estrutural na sua freguesia mediante os programas eleitorais com os quais se apresentaram aos cidadãos. Essa é que é verdadeiramente a diferença da nossa gestão e daí as diferenças naquilo que defendemos”.

#### **ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANSIÃES**

Usou da palavra para dizer que reconhece toda a legitimidade à Câmara para fazer os investimentos que faz. Tem todo o direito a investir onde entender, seja esse investimento no rali, no MIMO ou outro qualquer, isso é da sua responsabilidade e por isso há-de ser julgado. Agora, o que eu pretendo como autarca e Presidente de Junta é que essas atividades não viessem de alguma forma prejudicar os orçamentos para as

freguesias. Andam a ser proteladas obras na minha freguesia há dois ou três anos e infelizmente elas não arrancam. Aliás, na minha freguesia também já me chamam político, mas pelas piores razões, porque também já sou mentiroso. Isto é terrível.

#### **CARLOS CARVALHO – PSD**

Usou da palavra para dizer que o que anteriormente foi dito pelo senhor deputado Hugo Carvalho, de que o PSD era contra os protocolos, não é verdade porque há obras que tem sido executadas nas freguesias por protocolo, sendo que a maioria delas, desde 2013, tem sido em freguesias do PS. Sobre este tema os Presidentes de Junta não se têm queixado. Tem participado nas discussões do orçamento e continuam a ter obra. É mais uma discussão infrutífera quando nós temos uma Câmara que trouxe uma forma diferente de agir para com as Juntas de Freguesia, que estão muito mais envolvidas, muitos mais participativas com a possibilidade de participar no orçamento, coisa que antes não acontecia.

#### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

No uso da palavra disse: "nunca me senti tão mal numa assembleia como hoje por esta diminuição do papel do Presidente de Junta que algumas pessoas querem fazer. Lanço aqui o desafio a essas pessoas, para que nas próximas eleições se candidatem a Presidentes de Junta porque até acho que não vão gostar do papel se outros o fizessem no vosso lugar.

Sinto-me também mal, porque negocieei o décimo protocolo de ação social e não noto grande diferença do que era feito anteriormente, em que apenas em dez minutos fechávamos o protocolo, isto desde 2009 até agora. Não noto nenhuma diferença nos critérios seguidos, mas vejo aqui falar-se da ação social dos protocolos, vejo aqui os Presidentes de Junta e por isso pergunto se é isso que é de grande relevância para uma Junta de Freguesia. Nós somos quase meros intermediários entre a Câmara e as escolas, para que as cantinas e outras situações funcionem para que o ano escolar decorra sem casos. E já agora, colegas Presidentes de Junta, vocês notam alguma diferença de comportamento? Os critérios que estão no programa não têm sido os mesmos? Agora, é verdade que houve uma ou outra mudança nos protocolos, é verdade que quando entrei para a Junta de Freguesia logo nesse primeiro ano não tivemos qualquer protocolo e nesse ano não recebemos nada. Agora sempre recebemos uma verba mensalmente. Portanto, sendo assim não é bom estarem a reduzir o papel do Presidente da Junta ao mínimo de existência, depois de antes disso os terem enaltecido no que diz respeito à hierarquia autárquica".

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

No uso da palavra disse: "afinal um não caso passou a caso. Aquilo que o senhor Presidente da Junta veio aqui dizer é precisamente o contrário daquilo que nós vimos aqui defender. Nós exigimos respeito. Eu exigo respeito enquanto deputado. Peço esclarecimentos e não me são dados. Vejam lá se isso não é uma falta de respeito. Um deputado diz que se sente desrespeitado por eu pedir o meu respeito e depois vem aqui a bancado do PS pedir respeito para com os senhores Presidentes de Junta e depois daquilo que ouvi o senhor Presidente de Câmara dizer a um Presidente de Junta, que se viu obrigado a vir aqui esclarecer o que lhe foi negado, digam-me se isso não é minorizar o papel de Presidente de Junta, digam-me se aquilo não é desconsiderar um Presidente de Junta. Quando um Presidente de Câmara está numa determinada localidade, apresenta obra a toda a gente menos ao Presidente de Junta, digam-me se isso também não é falta de respeito. O PS tem muita história no poder local e é sinal que temos muitos e bons Presidentes de Junta que defendem as suas populações. Agora, diria que é um pouco fora de tempo quando um Presidente de Junta se obriga a vir aqui a defender o que não é defensável".

## **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

O senhor Presidente usou de novo a palavra para dizer: “lamento muito que o Presidente de Junta em questão, não seja capaz de desempenhar o seu papel e venha aqui alimentar tricas em vez de se preocupar com a verdadeira questão que certamente é muito maior que aquele que trouxe cá. Isso leva sempre a maus caminhos e depois quando as pessoas querem tirar dividendos políticos, isso dá sempre confusão e no fim de tudo isso, o objetivo fica sempre prejudicado”.

## **JOSÉ LUÍS GASPARGO – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse: “relativamente a esta matéria quero tecer apenas duas ou três considerações e quero começar por dizer que os senhores deputados podem usar da palavra, mas que eu saiba ainda não falam em nome dos Presidentes de Junta. Os senhores Presidentes de Junta podem usar da palavra, esclarecem-se, tirar as dúvidas que tiverem. Relativamente aos protocolos de empreitadas, o que se poderia ter feito e não se fez, que era mudar a estratégia, eu já perguntei aos Presidentes de Junta se queriam que eu mudasse o procedimento. Não tenho qualquer problema, porque se houver um Presidente de Junta que queira que eu na freguesia o retire e faça gestão como antigamente, não tenho problema nenhum em o fazer. Também é verdade que disse que estes dois anos iam ser mais apertados para avançar com as grandes obras como tenho vindo a avançar e a esse propósito quero agradecer a quem lembrou aqui algumas das obras que avançaram e outras que irão avançar durante o período, mas que na segunda metade do mandato iria virar-me para as Juntas. Foi isso que eu disse, olhos nos olhos aos senhores Presidentes de Junta. Em todas as freguesias quando há uma obra emblemática tipo fazer as instalações para a GNR, eu falei com a Junta, antes sequer de avançar com qualquer outra ideia. Depois tive uma reunião em Lisboa com o senhor deputado Hugo Carvalho, que na altura estava lá como assessor da senhora Secretária de Estado em que eu lancei a possibilidade de poder avançar com o projeto porque se obviamente o Ministério não aceitasse eu não avançaria. Antes disso, perguntei o que é que achava e na altura achou bem porque era importante. Tudo isto já tem muito tempo. Depois, se vou ter uma reunião lá com o senhor Tenente Coronel, não tenho que chamar o senhor Presidente da Junta. O senhor Presidente da Junta se ficou amuado, o problema é dele. Eu sempre que vou a uma reunião para definir com os arquitetos vou ter de chamar o Presidente de Junta, para ele não ficar amuado? Quando é necessária e útil a presença do Presidente da Junta eu convido-o a estar presente. Depois o que acontece nas reuniões da Junta, eu não sei. Eu falei com Presidente. Agora quem manda os emails eu não sei. Quando se pôs a hipótese de mudar as instalações da Junta para lá perguntei-lhe o que é que achava. Eu falei sempre que necessário, com o Presidente de Junta. Quando falei da possibilidade de pôr o parque em baixo por causa da REFER, falei com a Junta. Depois no que diz respeito ao projeto eu não vou pedir ao Presidente de Junta para me acompanhar porque eu nem sequer lá vou. Fui naquela ocasião porque vinha o senhor Tenente Coronel e além disso, eu tinha de falar com ele acerca do quartel daqui, porque senão fosse isso iam lá os técnicos porque a reunião era uma reunião técnica. Não era uma reunião política, porque a reunião política tive-a eu em Lisboa. Senhores deputados, senhores Presidentes, vocês farão o que quiserem; querem protocolos, eu faço protocolos, querem começar outra vez a mandar fazer os projetos de arquitetura, eu deixo-os fazer porque é dinheiro que eu poupo. Agora, o que eu disse no primeiro dia foi que ia governar olhos nos olhos. Os protocolos que executamos no primeiro ano de mandato eram todos de Juntas PS. Foi com S. Gonçalo, foi com Oliveira, e nessa altura os Presidentes de Junta do PSD, diziam-me que era tudo para o PS, ao que eu lhes respondia que não, porque o que estava a ser executado era para o concelho de Amarante. Senhores deputados, é assim que eu governo. Façam a políti-

quise que quiserem. Andem nos jornais porque a esses eu nem respondo. Também não respondo a algumas provocações. O senhor Presidente de Junta pode vir aqui as vezes que quiser porque o senhor comigo tem toda a legitimidade para o fazer porque eu em termos protocolares irei aceitar sempre. Agora, há ingratidões que eu não aceito porque eu sempre fui leal para com todos e quando não posso digo que não posso, mas mesmo aí tento sempre resolver. Ainda esta semana, o engenheiro Estefânio me falou numa série de obras que é preciso fazer e que por sinal são todas em Juntas do PS. Estamos a falar de muros que estão na iminência de cair e onde é preciso atuar depressa, porque isto tem a ver com prioridades. As obras e os projetos que a Câmara tem vindo a fazer para quase tudo, têm sido em articulação com todas as Juntas, mas se isso não for verdade, venham aqui e digam. Alguns são saudosistas e eu respeito a saudade. Querem protocolos, eu faço protocolos. Agora, um protocolo não faz por exemplo a via de Fregim. Não faz o eixo central de Vila Meã. Não faz a estrada em Vila Chã. Eu respeito a vossa opinião e faço os protocolos quando vocês quiserem. Agora falar ou exigir que quando eu vou a uma freguesia em trabalho ou com técnicos, esteja a pedir a um Presidente de Junta para entrar numa freguesia, isso eu não faço. O concelho é de todos e todos os meses fazemos uma reunião de Câmara em Vila Meã onde toda a gente pode falar comigo. Conversa de café, onde o Presidente de Câmara está com um conjunto de amigos eu vou ter de pedir autorização para poder almoçar em Vila Meã, para falar de um projeto para fazer um estudo para um pavilhão, onde eu até já tinha dito ao senhor Presidente de Junta que ia deixar cair aquela ideia que vinha do falecido Professor Jorge Mendes que o queria pôr em frente à piscina e eu entendi que devíamos fazer na parte superior. Perguntei-lhe o que achava. Existem apenas esquiços com algumas ideias. Isso é motivo para artigo de jornal? Onde é que isto vai parar. É esse o caminho que querem? Façam-no, criem-no, mas isso não é sério. Eu irei continuar a respeitar os senhores Presidentes de Junta como sempre o respeitei e a definir convosco aquilo que é possível fazer. Estou à vontade para comparar as obras durante o período que eu estou cá com qualquer outro período. Não tenho problemas nenhuns. Se algum Presidente de Junta se sente prejudicado, peço-lhe que de forma séria, chegue ao pé de mim e digam-me onde é que eu os prejudiquei, para que eu possa corrigir. Por exemplo nos princípios, a senhora Presidente de Junta pediu-me um obra, mas eu já lá fiz muito mais do que isso. O território é só um. Não é rosa nem laranja. É verde. Eu não entro nessas questões porque eu sou Presidente de Câmara de todos. Sou Presidente de Câmara que tem 302 quilómetros quadrados. Sou Presidente de Câmara de um território que tem potencial e para ter potencial, todo ele tem de se desenvolver e por isso estou atento para poder corrigir assimetrias e muitos dos programas que temos vindo a desenvolver são para isso mesmo. Eu tenho uma estratégia para o Marão e não é o MIMO nem o rali que me vão desviar. Posso deixar cair isso tudo, mas não vou deixar cair a minha estratégia de desenvolvimento para o Marão e por isso não aceito esse tipo de argumentos, porque tenho uma estratégia definida para todos e não só para alguns.

Haja respeito para com este meu Executivo que é aquilo que eu exigo e se algum Presidente de Junta quiser o protocolo por causa do saudosismo, terá o protocolo. É só exigi-lo".

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: "pedir respeito com o dedo em riste a apontar para os senhores Presidentes de Junta é uma coisa que não lembra a ninguém. Assistimos a um belo espetáculo argumentativo mas nada do que respondeu foi aquilo que lhe foi colocado. Colocou palavras na boca de quem não as disse. Usa argumentos que em nada têm a ver com aquilo que lhe foi pedido. O que lhe pediram aqui foi o respeito institucional de um Presidente de Junta ser conhecedor das obras que são estratégicas para a sua freguesia. Isto não é caso particular de uma Junta de Freguesia, mas se alguém envia um ofício à Câmara Municipal a solicitar esclarecimentos sobre um

determinado projeto o senhor Presidente não informou quem tem direito a essa informação e é de bom-tom que possa ter esses mesmos esclarecimentos. Depois também é muito engraçado que se diga que *"quem quer ter protocolos pode ter protocolos"*, como se isto fosse um envelope, como se o PS quando governou e quando tinha os protocolos apenas tivesse protocolos, parecendo que o Presidente de Junta tinha o protocolo e para além disso, não teria mais nenhuma obra pública que fosse feita na freguesia. Se houvesse uma obra de um milhão de euros não era feita. Fazia só o que estava protocolado. Senhor Presidente, essa argumentação não é séria. Havia os protocolos, mas também havia as obras. O senhor Presidente foi a eleições com um programa eleitoral e deve cumprir a estratégia pela qual concorreu. É legítimo. Ganhou as eleições e por isso deve governar com a estratégia que apresentou aos Amarantinos. O que o senhor Presidente não pode confundir o seu programa e sua estratégia com o programa com que os Presidentes de Junta de apresentaram aos seus fregueses, muitos deles com base em investimentos suportados por protocolos que podiam hoje estar feitos, mas não estão porque o dinheiro desses protocolos para centralizar investimentos no âmbito da sua estratégia. Nós entendemos que tudo devia ser devidamente separado e priorizado porque também é verdade que o município não tem capacidade de fazer as obras todas ao mesmo tempo. Essa prioridade não pode sufocar as Juntas de Freguesia sejam elas de que partido forem. Nunca em momento algum o PS se quer aqui fazer substituir ou reduzir o papel do Presidente de Junta, fazendo com que pareça alguém que não tenha dignidade para exercer as suas funções. Se tiverem mais autonomia, mais respeito e mais financiamento podem fazer aquilo que a autarquia não foi capaz de fazer nas suas intervenções. Por fim quero dizer-lhe que é muito deselegante que no âmbito de uma Assembleia sejam desafiados a vir aqui testemunhar. Pode falar com eles em privado e não precisa de lhes pedir para virem aqui usar da palavra. Isso é que era ser elegante, mas também já estamos habituados".

Usou de seguida a palavra o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA MEÃ**, o senhor **LINO MACEDO**, que disse que esteve atento àquilo que o senhor Presidente da Câmara lhe disse e que a discussão já tinha acabado e que podia contar com ele naquilo que lhe for possível, para que as coisas corram normalmente. Espera que assim seja.

## **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DOS DIVERSOS DIPLOMAS SECTORIAIS QUE A CONCRETIZAM**

Relativamente a este ponto apenas se inscreveu para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, que disse que a sua bancada irá votar favoravelmente a proposta.

Passou-se de imediato à votação sendo sido apurada a votação por **UNANIMIDADE**. A proposta foi ainda aprovada em **Minuta**, por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

## **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL QUE CONCRETIZA, NESTA MATÉRIA, AS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

**HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra disse: " o PS vai abster-se, mas esta votação também significa muito daquilo que nós estivemos a discutir até hoje. A lei 57/2019, foi publicada a 30 de abril. Nos termos da lei, a Câmara devia ter reunido com as Juntas de Freguesias no prazo máximo de noventa dias, para definir o envelope das transferências de competências, sejam recursos humanos, financeiras, patrimoniais e outras que fossem necessárias para completar essa delegação de competências. Está aqui uma prova daquilo que não foi feito por parte da Câmara Municipal. Realizou a reunião dois dias antes do fim do prazo, quando muitas das Juntas já tinham realizado as Assembleias a dizer que não tinham condições para assumir a delegação de competências. Fica aqui um exemplo onde a cooperação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara pode muito bem ser melhorada, independentemente das opções finais que possam surgir".

#### **ANTÓNIO FONSECA BRANDÃO – PRESIDENTE DA JUNTA DE ANSIÃES**

No uso da palavra disse: "eu sou um acérrimo defensor da descentralização porque ela é proveitosa para as autarquias e para os eleitos locais, porque provavelmente conseguiríamos mais e melhor com menos. Na minha freguesia deliberamos na altura a não aceitação para o ano 2019, porque havia a perspectiva de que no tempo que mediava entre abril e junho, poder haver a agilização entre as freguesias e a Câmara no sentido de verificar se haveria alguma evolução na lei nomeadamente a nível de recursos, para depois podermos tomar uma decisão o que me vai obrigar a levar de novo a uma Assembleia de Freguesia para se poder tomar uma decisão para 2020. De qualquer maneira, pelo que me parece a decisão terá de ser não, porque há uma série de delegações que a Câmara chamou a si neste momento, sendo que para 2021 será automática. Logo se vê".

#### **ANTÓNIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ**

No uso da palavra disse: "na reunião que tiveram na Câmara, e eu acho que todos os colegas vão concordar, foi que quase por unanimidade ficou definido que em 2019 e 2020, não aceitaríamos as competências e nessa altura também ficou combinado que a partir de setembro iria ser criado um grupo de trabalho para depois melhor ser definido o cumprimento dessa transferência de competências".

#### **JOSE LUÍS GASPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente disse: "relativamente a esta questão da descentralização, voltamos nós à falta de respeito e já começo a ficar cansado com esse tipo de abordagem feita pelos senhores deputados do PS, mas ousou dizer que nesta matéria, como foi dito pelo senhor Presidente de Vila Caíz, houve aqui uma explicação para os senhores Presidentes de Junta relativamente àquilo que era a matéria, juntamente com as freguesias tentar perceber como tratar este assunto. Este assunto não é fácil e a esse propósito deixem-me dizer que depois do que ouvi, acho que começa a ser melhor eu explicar aqui algumas coisas. Há pouco vocês votaram por unanimidade a aceitação para 2020 de todos estes diplomas, não porque a Câmara esteja de todo esclarecida, de tudo aquilo que nos vai passar a ser da nossa responsabilidade. Não estamos nós esclarecidos, nem ninguém, tanto é que o governo vai criar comissões de acompanhamento e vamos discutir. Eu sempre entendi que a descentralização era desejável e embora sem grandes informações disse aos senhores Vereadores que era melhor nós aceitarmos e começar já a preparar o terreno e como iam haver agora comissões de acompanhamento, nós podemos estar lá porque quem vai fazer parte foi quem aceitou. O que nós podemos é estar, sabendo nós que vai ser complicado, mesmo em termos orçamentais porque muita coisa vai ser exigida às Câmaras. Assim como também ser complicado para as Juntas, porque é preciso preparar toda uma estrutura para que as Juntas tenham competências. Quem as quiser pode tê-las, desde o momento que a Câmara também entenda que as pode dar. Devemos fazer as coisas com conta, peso e medida e devemos analisar convenientemente todo o pro-



cesso. Agora, não é falta de respeito por ninguém porque é outra forma artilosa de vir aqui dizer que se vão abster, porque o Presidente da Câmara não fala com as Juntas. Não faz sentido dar a ideia de que o Presidente da Câmara faltou ao respeito aos senhores Presidentes de Junta. Até dá a ideia que eu iria passar um atestado de menoridade às pessoas, porque os senhores nessa matéria e naquilo que tem a ver com as vossas Juntas, sabem melhor o que devem fazer do que eu”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:19, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LOE 2019/LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO, LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO” – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em **MINUTA** por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2019**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores deputados:

##### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

Relativamente a este ponto, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Como temos vindo a afirmar, o nosso concelho tem problemas graves na captação de investimento e de empresários, sendo a Derrama uma taxa que ainda vai criar mais entrave á captação de investidores e por essa via ao desenvolvimento do concelho.

O concelho de Amarante sempre teve esse fator diferenciador do em relação a outros que era a inexistência de derrama, potenciando a atratividade em toda a região e sempre defendida pelo PS como medida de apoio ao tecido empresarial.

Tendo sempre o PS defendido que a competitividade do território depende de uma estratégia concertada de promoção e valorização do território a vários níveis: bons acessos e infraestruturas, redes públicas de equipamentos e serviços que satisfaçam os cidadãos em todas as suas áreas, boas condições para as empresas aqui se fixarem e para os particulares aqui residirem, defendemos também que a competitividade do território na região assenta numa política fiscal diferenciadora.

O Senhor Presidente, considera a derrama como uma *“fonte de financiamento para os Municípios e contribui para o reforço da sua capacidade financeira”*, como de resto consta na sua proposta, o Presidente da Câmara sempre disse que o Município gozava de uma boa situação económica e financeira, assim sendo, não percebemos o porquê de ter necessidade de reforçar a capacidade financeira?

Depois o Sr. Presidente faz alusão no ponto 5 da proposta “que essa fonte de financiamento será direcionada para a criação de áreas de acolhimento”, ora considerando o princípio de não consignação da receita que se impõe na atuação financeira das autarquias, leva-nos a concluir que a proposta, como apresentada, não poderá ser aprovada.

Atento ao ponto 8 da mesma proposta, percebemos que consideram expectável a arrecadação para 2020, 400 mil euros com esta taxa, gostaria de saber o partido

socialista que áreas de acolhimento pretendia o Senhor Presidente criar com este montante?

Além do mais está em absoluta contradição com “a criação de apoio à atividade industrial e empresarial” supostamente proporcionada pelo Investe Amarante, pois esta é uma proposta para promover apenas um aumento dos impostos sobre as empresas e nada mais.

Ao contrário que o Senhor Presidente alega no ponto 3 da sua proposta, comparando-nos a outros territórios... infelizmente devo dizer-lhe que: esses concelhos têm indicadores económicos muito diferentes dos de Amarante.

Senhor Presidente o Partido Socialista pretende que Amarante seja um território competitivo, só se consegue isso desde logo, com a inexistência de taxa de derrama, pois se assim não for os empresários procurarão outros territórios mais competitivos.

Assim, e no sentido de tornar atrativa Amarante e marcar a diferença na nossa região, associada à manutenção da boa situação financeira, que de resto é apregoada pelo Sr. Presidente da Câmara, leva-nos a defender que o Município não deve autorizar o lançamento novamente deste imposto.

Acresce que, tal como referimos aquando da discussão desta proposta no ano de 2018, a receita prevista arrecadar será insuficiente para se proceder à aquisição dos terrenos para criação de áreas de acolhimento empresariais, se de facto fosse essa a intenção subjacente ao lançamento da derrama proposta.

Não nos resta outra alternativa que votar contra a proposta apresentada”.

#### **ZITA PEREIRA - PSD**

Relativamente a este ponto, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Em 2018, cerca de 191 autarquias aplicaram a derrama às empresas localizadas nos seus limites geográficos. São mais de 70% os municípios que optam pelo imposto. Apenas 17% optam pela taxa igual ou inferior a 1%.

A derrama, recorde-se, incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC obtido no ano anterior. A taxa da derrama, tal como previsto na Lei das Finanças Locais, pode ir até 1,5%, mas os municípios podem optar por taxas mais baixas. Na realidade, poucos o fazem.

Segundo o JORNAL DE NEGÓCIOS, publicado em 13 de fevereiro deste ano, passando a citar:

*“Praticamente todos os concelhos do distrito do Porto, onde, Baião, Lousada e Póvoa de Varzim não cobram. E Amarante e Marco de Canaveses aplicam apenas 1%”.*

A opção do município de Amarante é não tributar de todo e aceitar isenções para empresas com determinadas características, conforme previsto no ponto 9 da ordem de trabalhos. Para além de não taxar as empresas com volume de negócios que não ultrapassem os 150 mil euros no exercício anterior.

Por isso, antes chegar lá, sendo sonso e tratado de nos apanhar distraídos, afinal é fácil colocar a *“inexistência da derrama como fator diferenciador em toda a região do Porto e do Tâmega e Sousa”* (palavras do PS).

Aos que querem, dizer habitualmente que a derrama é a *“medida de desincentivo ao tecido empresarial”* (palavras do PS), deixo a pergunta: Onde estão os resultados e os valores demonstrados pela inexistência da sua aplicação na governação municipal pelo Partido Socialista? E assim, para as pessoas que nem sabem qual é o valor, cola mais.

O PS continua a contribuir para a narrativa do executivo modelo que foram e que desejam ser. Pela vossa declaração de voto, passando a transcrever, na relação que estabelecem ao dizer: *“tornar o território competitivo e fomentar gradual clima de confiança com a inexistência da derrama”*.

Infelizmente para nós não houve nenhuma revolução na economia municipal no tempo de governação do PS. Nós aqui, aceleramos essa esperança, com mais receitas conseguir mais investimento destinado a infraestruturas e complexos empresariais.

Com os *“sensivelmente 400 mil € de receita expectável”*, segundo as vossas palavras, que para vós *“é pouco para aquisição de terrenos”*, compete-nos transformar os 400 mil € em 1 milhão e 600 mil €, durante 4 anos.

E hoje, com a história que os números da economia continuam a contar, pretendem reagir da mesma maneira: lá está a restrição em obter receitas com a garra de justificar necessidades. E cada vez com a vontade de atacar que se cresce pouco e que não tem qualquer valor.

Como vemos, a história em nada se alterou, antes é que era bom nos incentivos à afixação das empresas pelo benefício concedido e agora é mau com o desincentivo, mas afinal, para já a economia continua a reagir exatamente da mesma maneira.

Aparentemente há semelhanças entre a estratégia do PS antes e do PS agora, já que ambos sabem que a derrama é *“poucoquinho”*, mas ambos invocam que serve de atração. Mas essas semelhanças são superficiais e enganam.

E agora, querem ser os pacificadores e navegar à vista que são contra a pretexto disto e daquilo.

Infelizmente, só encontro respostas cínicas e infundadas. O PS ofusca todas as soluções fazendo esquecer que Amarante precisa de reformas para que nova fase de crescimento seja alavancada e que passa pelo investimento sustentável dirigido às empresas.

E se o investimento é dirigido às empresas, deverá ter o contributo das empresas para o desenvolvimento económico e social, para criar e aproveitar de forma mais eficaz e sustentável, as potencialidades do espaço geográfico em que nos inserimos.

Nem sempre temos sabido aproveitar e desenvolver convenientemente o que melhor temos que são as pessoas e o território. Mas a alternativa não podem ser utopias que se insinuam credíveis”.

#### **AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra disse: “ eu não vou fazer uma intervenção técnica como a que fez a Dra. Zita, mas tão só, chamar a atenção para a intervenção que o Dr. Cândido Zoio que lançou a suspeição de que a Câmara de Amarante lançou a derrama porque a situação financeira não está assim tão boa, mas esqueceu-se que no ponto quatro votou favoravelmente a lei dos compromissos porque sabe muito bem que ter aprovado isso sabia que a saúde financeira da Câmara tem de estar boa porque se assim não fosse não poderia fazê-lo. Sendo assim, é contraditória a vossa posição. Vêm aqui e dão uma “no cravo e outra na ferradura”. As pessoas têm de estar atentas e saber o que estão aqui a fazer. Fazem coisa e dizem outra”.

#### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

Usou de novo a palavra para dizer que acreditava no senhor Presidente quando ele diz que a situação financeira é boa. A Dra. Amélia é que parece que não acredita.

#### **JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “serei muito breve, até porque a senhora deputada Dra. Zita, já esclareceu convenientemente os senhores deputados relativamente a esta matéria. Eu só quero reforçar. Primeiro, dois terços dos municípios do país praticam derrama. Isso quer dizer que a derrama não tem uma tendência partidária, até porque se fosse por aquilo que aqui se dá a entender, o PS é contra e portanto isto não iria acontecer porque a maioria dos municípios são do PS. Veja-se que no distrito do Porto, dos dezoito municípios há três que não praticam derrama, Baião, Lousada e Póvoa do Varzim, dois do PS e um do PSD, mas depois há onze municípios do distrito do Porto do PS que praticam derrama e há quatro do PSD que também a

praticam. Isto quer dizer que naquilo que foi dito aqui pelo senhor deputado Cândido Zoio, que disse que nós estamos em contraciclo, eu tenho de lhe dar razão. Vou explicar porquê – é que efetivamente nós estamos em contraciclo da maioria, porque a maioria tem uma taxa máxima e Amarante não tem taxa máxima e é essa a diferença. No distrito, só Amarante e o Marco não tem taxa máxima. Os tais dez municípios do PS têm taxa máxima o que realmente faz aquilo que o senhor deputado aqui disse que é facto de estarmos em contraciclo.

Há outra correção que quero fazer e que tem a ver com o facto do senhor deputado alegar ao passado. Afinal eram muito virtuosos porque como não tinham derrama era só empresas a virem fixar-se em Amarante. Vem agora este Presidente de Câmara e vejam bem o que é que ele fez a este território. Afugentou as empresas todas. Meus senhores, tenhamos memória porque efetivamente a política até 2013 era em contraciclo daquilo de que realmente deveria ser, porque deveríamos ter uma política para fixar as nossas gentes. Podem perguntar se já fixamos, eu respondo-lhes que não, mas estamos a trabalhar nisso. Estamos a trabalhar naquilo que é um propósito do município que é ter áreas de acolhimento empresarial e a primeira que iremos ter será muito perto do território do senhor Brandão, na margem esquerda e num território de baixa densidade seguindo uma política daquilo que há pouco eu dizia em contraciclo daquilo que era para fixar as nossas pessoas na baixa densidade. Teremos depois mais duas à medida que tivermos capacidade financeira para poder adquirir terrenos, infraestruturá-los, defini-los como zonas industriais, um na zona de Vila Meã e outro numa mais perto do centro de Amarante. O que eu quero é ter mais capacidade financeira para poder mais rapidamente poder seguir este propósito. Mas como o dinheiro não é elástico não foi ainda possível. As despesas com pessoal aumentam e bem, porque as pessoas têm o direito de ter melhores salários. Vem aí a nossa responsabilidade para aquilo que será as nossas obrigações com vários diplomas que nós vamos assumir, porque vamos ter muito mais despesa. Temos que gerir equilíbrios e continuar a dar notoriedade a Amarante. A indústria é muito importante. Se vamos fazer muito com o dinheiro da derrama, não vamos porque as ditas empresas que conseguiram captar no passado afinal foram-se embora e vejam que o encaixe financeiro para este ano anda à volta de trezentos e quatro mil euros que não é nada. Eu espero que daqui por dez anos o Presidente de Câmara possa dizer que já tem um milhão e tal e daqui por quinze anos possa dizer que já tem dois milhões, como tem colegas nossos de outros municípios como por exemplo Viana do Castelo que fez aqui uma apresentação daquilo que é a sua estratégia para a indústria, um homem do PS mas com uma visão muito assertiva onde eu me revejo e por isso é que o convidei a vir cá explicar como é que se deve fazer para que todos os que estavam na sala percebessem que isto não tem nada a ver com esquerda ou com direita. Tem a ver com a filosofia de desenvolvimento para o nosso território. Urge trabalhar a indústria em Amarante. Vai demorar ainda muito tempo, porque as pessoas estão a siar, há menos pessoas e terá de haver um aumento gradual que só se consegue criando infraestruturas para fixar as empresas que por sua vez contribuem para a fixação das pessoas. É assim que se faz o caminho. Agora, não me venham com demagogia. Porque o que os senhores fizeram aqui é demagogia pura. Não façam isso. Vocês estão a quer inverter aquilo que é uma política assertiva do território. Dois terços do pensam assim e temos casos de grande sucesso de todos os quadrantes políticos. Os senhores pensam o território agarrados no passado na bandeirinha de que - não temos empresas, mas também não temos derrama.

Eu sinto muito orgulho na política que estamos a seguir para atrair as empresas. Vai demorar tempo porque não é fácil comprar, infraestruturar e convidar empresas para vir, para além de um sem número de situações que impedem o avanço. Eu espero que no futuro alguém diga que a política seguida nos últimos dez anos foi assertiva, assim como o meu colega de Viana explicou aqui em Amarante como é que com uma política bem orientada ao longo de dez anos mudou Viana do Castelo. Eu gostava de fazer o mesmo em Amarante”.

### **CÂNDIDO ZOIO – PS**

O senhor deputado no uso da palavra disse: “senhor Presidente, depois de ouvir as suas respostas, para um homem de visão e de estratégia deixa muito que pensar, porque diz exatamente o contrário relativamente ao InvestAmarante que íamos criar um quadro financeiro e afinal a primeira coisa que fez foi aplicar a derrama. Depois disso verificamos que até nem tem eficácia porque segundo os números que disse são cerca de trezentos mil euros, verba que não dá para um lote de terreno no Marão. Depois deu desculpas para a falta de infraestruturas e espaços que precisávamos para acolhimento industrial. Mas afinal quantos lugares temos para acolhimentos dessas empresas e com que condições? E depois como é que quer atrair população e investimento com as estradas que tem, com a luz que nem existe. Podia dizer-lhe que população perdeu desde essa altura da utopia. Posso dizer-lhe aqui o número de alunos que ia perdendo todos os anos. Mas isso seriam palavras vãs, porque para quem não tem estratégia depois dá nisto”.

### **CARLOS CARVALHO – PSD**

No uso da palavra disse: “pelo teor da intervenção anterior, podemos concluir que a falta de investimento e de empresas para Amarante deve-se a um Executivo que está cá há seis anos e não a quem esteve cá praticamente vinte e cinco. Portanto, é em seis anos que se vai resolver tudo aquilo que durante vinte e cinco se deixou por fazer, enquanto que outros o fizeram. Depois ouvi outras coisas engraçadas e quando ouço determinados apartes gostava de saber o que é que o PS espera para Amarante, porque a resposta engraçada que se dá a estas coisas é que vamos trazer o mar e os estaleiros. Aliás já ouvi um candidato a Presidente de Junta de uma freguesia há uns anos atrás propor uma marina. Mas não precisamos de trazer o mar para potenciar Amarante, porque temos outras coisas. Isto o PS em vinte e cinco anos não resolveu e aqueles que estão cá há seis anos já tinham que ter resolvido. Se não conseguem “tragam o mar”, porque dizem que o executivo não tem capacidade para ver o potencial ou não sabe a forma de como atrair empresas. Está provado de quem não teve essa capacidade foi o PS. Quer fazer crer que quem cá está há meia dúzia de anos já devia ter resolvido aquilo que em vinte e cinco não foi feito”.

Usou de seguida da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que já foi tudo dito daquilo que interessa. “Mas não resisto – a margem esquerda afinal não tem eletricidade nem tem estradas. Mas nós vamos lá por eletricidade e estradas para podermos ter empresas. Afinal aquilo não tem nada e está pior do que aquilo que eu pensei. Senhor Brandão eu estou preocupado. Não fui lá nos últimos dias e não sabia que tenha desaparecido tudo. Esteja descansado que nós vamos resolver esse assunto. Sabe que não temos mar, mas tínhamos oportunidade, senhores deputados e senhores Presidentes, de ter fixado cá uma empresa que estava cá sediada. a ENERCON, que tentou instalar aqui a sua unidade fabril, mas como não tinha cá condições foi para o município de que vos falei há bocado. Foi para lá porque não tinha infraestruturas para que se fixassem por cá. Vieram na altura falar com o senhor Presidente da Câmara da altura que se calhar não teve arte e engenho; se calhar também não os podia fixar cá. Aqui é que está a diferença. Aquilo que eu digo de nós começarmos a preparar um futuro que é importante para o nosso território, não para virmos aqui ironizar com freguesias lindíssimas que temos, dizendo que eles nem eletricidade lá têm. Tem toda a capacidade de poderem ter lá unidades fabris, obviamente com critério. Eu gosto de Aboadela, não vou estragar e vou por aquilo bonito. Não sei ainda quantos lotes vai ter porque ainda se está a fazer o projeto para uma candidatura que se vai fazer. Está-se a trabalhar. Entrar nesta matéria dá muito trabalho, entre os quais falar com tudo o que é entidade para despoletar o processo para poder legalizar. Não dá para o senhor deputado vir para aqui dizer que já pediu explicações. Os técnicos estão a fazer o que é possível e pode até acontecer que vá para lá uma empresa. Meus

senhores, vamos deixar de brincadeiras porque, o senhor deputado foi muito infeliz na sua última intervenção porque não pode vir para aqui de forma desrespeitosa falar de um território que tem um potencial enorme que só ainda não vingou porque não houve estratégia no passado. Agora, há estratégia”.

#### **HUGO CARVALHO - PS**

Usou a palavra de novo para dizer: deixem-me falar sem demagogia e sem cinismo, porque aqueles que falaram na falta de respeito foram aqueles que falaram em demagogia, palavras menos próprias para a assembleia. O PSD não está há poucos anos na Câmara Municipal de Amarante. Já está há seis anos na Câmara. A desculpa do passado pode resultar nos primeiros anos, mas não pode resultar para toda a vida. Seis anos já é tempo para aparecer alguma coisa e dar provas daquilo que já apareceu. Tem já alguma obrigação de nos apresentar quais as zonas de acolhimento. Queremos voltar a 1989 para discutir o que é que tinha o território e dizer o que é que foi feito? É que é muito fácil chegar a 2019 e dizer – nós não temos, nós não fizemos, mas também é bom ouvir dizer o que o PS fez em vinte e cinco anos. Vamos lembrar qual era o ponto de partida em 1989. Vamos pegar em 1989 e dividir os vinte e cinco anos por zonas industriais criadas, porque se calhar em seis anos já devia ter aparecido alguma. Este debate deve ser feito de uma forma séria e quando o senhor Presidente diz que a derrama é uma regra no distrito do Porto, também de forma rigorosa devia dizer que alguns dos municípios não tiveram opção entre ter a derrama na taxa mínima ou na taxa máxima, porque os municípios que estavam sob planos de assistência financeira tiveram todos a taxa máxima. Quando diz que dois terços do país aplicam derrama, também pode dizer que oitenta por cento dos municípios do país tem desconto no IRS aos cidadãos, mas onde em Amarante foi rejeitada a proposta do PS”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:22, absenções:0, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DO EDIFICADO NAS IMEDIAÇÕES DA LINHA DO TÂMEGA E LOCALIZADO NO CONCELHO DE AMARANTE**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em **MINUTA** por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE TERRENO PARA PARQUE DE ESTACIONAMENTO, ADJACENTE À ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VILA MEÃ**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em **MINUTA** por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

#### **PONTO Nº 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DE AMARANTE À RUTIS – ASSOCIAÇÃO REDE DE UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE**

Relativamente ao título deste ponto foi proposta uma correção ao teor da descrição, aceite por todos os presentes,. Assim, foram retiradas do contexto as palavras – Universidade Sénior- passando a ler-se: **ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DE AMARANTE À RUTIS, ASSOCIAÇÃO REDE DE UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE.**

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra e por isso a proposta foi de imediato posta à votação tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**. Foi também votada em **MINUTA** por **UNANIMIDADE** para poder produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 9 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO “PROJETO DO CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE AMARANTE – APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL**

Relativamente a este ponto, apenas o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO** se inscreveu para usar da palavra, para dizer que a bancada do PS se iria abster.

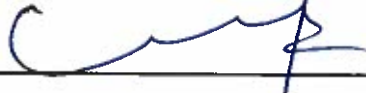
Como não havia mais ninguém inscrito passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções22, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

**PONTO Nº 10 – ANÁLISE, DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PRIMEIRO SEMESTRE**

Relativamente a este ponto nenhum deputado se inscreveu para usar da palavra. Como era um ponto só de análise, não necessitou de qualquer votação.

Terminada a discussão de todos os pontos da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas do dia 28 de setembro. Da presente reunião foi lavrada esta ata que depois de aprovada será assinado pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO



O SEGUNDO SECRETÁRIO



